

ATA DA 213ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos dezessete de julho de dois mil e dezenove, sob a Presidência do Senhor Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, Chefe do Gabinete e Secretário em exercício, realizou-se a 213ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte pauta:

PAUTA

EXPEDIENTE

1. Discussão e votação da Ata da 211ª reunião plenária ordinária do CADES.
2. Discussão e votação da Ata da 212ª reunião plenária ordinária do CADES.
3. Informes.
4. Sugestões de inclusão na pauta desta reunião.

ORDEM DO DIA

1. Apresentação da **Nova Estrutura da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente**, pelo Senhor **Rodrigo Pimentel Pinto Ravena**, Chefe do Gabinete da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, e Secretário em exercício, **(30 minutos)**.
2. Apresentação da **Estrutura da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade – CGPABI da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente**, pela Senhora **Tamires Carla de Oliveira**, Coordenadora de Gestão de Parques e Biodiversidade – CGPABI **(30 minutos)**.
3. Sugestões para a Pauta da Próxima reunião e Assuntos Gerais.

ANEXO

Transcrição da 213ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, realizada em 17 de julho de 2019.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) – Bom dia a todos e a todas. Acho que já deu tempo de a gente, pelo menos, dar início. Acho que está faltando uma pessoa só para dar o quórum. Na sequência, Rodrigo Ravena, Chefe de Gabinete, atualmente Secretário em exercício declara aberta a 213ª reunião plenária do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES. Passo a palavra ao Devair para dar continuidade.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nós vamos fazer uma inversão de pauta e nós vamos passar para o 3º ponto do expediente: Posse da senhora Maria Regina Braga Lagonegro como Conselheira titular, representante da Secretaria Municipal de Licenciamento. Esteja acolhida. Se quiser pode fazer uso da palavra.

Cons. Maria Regina Braga Lagonegro - Meu nome é Maria Regina, eu sou arquiteta, urbanista já há trinta e dois anos. Há seis anos eu estou trabalhando na Secretaria Municipal de Licenciamento. Hoje eu estou no cargo de Coordenadora Substituta de SERVIN. Espero colaborar com vocês e muito mais aprender com vocês os assuntos que a gente acha tão importante para a cidade. Obrigada. *(palmas)*

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Passamos agora para o quarto ponto do expediente: Informes sobre as atividades desenvolvidas nas Câmaras Técnicas e Comissões Especiais. Passo a palavra à Conselheira Renate Nogueira, Presidente da Câmara Técnica de Elaboração de Pauta. Por favor, Renate, por gentileza.

Cons. Renate Nogueira - Bom dia a todos. A Comissão de Pauta deu a sugestão de todo início de reunião aqui falarmos durante dois, três minutos sobre o que cada uma das Comissões Técnicas e Comissões Especiais estão fazendo. Nós estamos inaugurando isso. É uma coisa muito rápida, mas é para todos tomarem conhecimento. Especificamente com relação à Comissão de Pauta, nós fazemos reuniões todos os meses uma semana depois da reunião plenária, discutimos quais são os próximos passos na pauta. Vou dar uma ideia bem breve para vocês do que está acontecendo exatamente agora. Nós estamos sempre preocupados com o EIA-RIMA. Esse é o principal foco. Dentro do EIA-RIMA, surgiu a sugestão de trazer aqui para plenário uma prévia do EIA-RIMA da faixa exclusiva de ônibus em

estruturas viárias no eixo da Rodovia Raposo Tavares e o segundo, das obras de controle de inundação do Córrego Dois Irmãos. Imagino um material parecido - senão o próprio material que está indo para as audiências públicas - para o CADES tomar conhecimento antes de começarem as discussões na própria Câmara Técnica e para a gente poder subsidiar com esse tipo de informação. Essa é uma sugestão da Câmara de Pauta. Ainda dentro de EIA-RIMA, existem três pilares: o físico, o biótico e o socioeconômico. Dentro do plano físico, existem temas que nós precisamos abordar e que a Câmara de Pauta não tem expertise para fazer isso. De tal forma, gostaríamos de chamar para participar da próxima reunião de pauta as pessoas que fazem parte da Câmara Técnica de Saneamento e, fazendo parte ou não, a gente gostaria que a Vivian participasse. Gostaríamos de chamar o Pedro Algodoal para ajudar o pessoal a estruturar a pauta relacionada a sistema de alerta de inundações, áreas de risco de São Paulo, invasões, áreas que inundam - todas são itens que foram trazidos aqui como sugestão de pauta e que precisam ser adequadamente estruturados -, lençol freático... Por favor, quem quiser, nós vamos chamar. Nós vamos chamar todos. Quem quiser participar da próxima reunião de pauta, por favor, venham, porque daí a gente consegue estruturar esses assuntos que estão fora da nossa área de conhecimento. Vivian, por favor. Em seguida, pensando um pouco mais a longo prazo, nós estamos pensando, além desse tema, trazer o pessoal de Transportes, que é para falar sobre o socioeconômico. O biótico, no momento, está relativamente bem equacionado. E, por último - só para deixar claro que nós estamos vendo o que está pendente - tem a apresentação dos projetos apresentados pelo FEMA, que não foi feito ainda. A discussão e aprovação da Resolução 179 do CADES, que foi objeto de discussão da última reunião aqui, e a concessão do Ibirapuera. Esse a gente sempre vai deixar em pauta, para eles entrarem na medida do possível. Obrigada.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Obrigado, Conselheira Renate. Quero também fazer o registro dos visitantes de hoje: Senhor Aristides de Medeiros Júnior, Coordenador de Finanças da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Conselheiro do CONFEMA; o Senhor Antônio Gonçalves, da OAB do Butantã, Presidente da Comissão de Criminologia. Sejam bem-vindos os nossos visitantes de hoje. Prosseguindo aqui, agora passo a palavra à Conselheira Rosa Ramos, representantes do CADES no CPPU - Comissão de Proteção à Paisagem Urbana. Por gentileza, Rosa.

Cons. Rosa Ramos - Muito bom dia. Quero cumprimentar a todos nessa manhã fria, chuvosa. Muito difícil chegar aqui, mas estamos aqui para colocar para os Senhores a nossa participação no CPPU. Esse Conselho me designou para representá-los lá e eu participei das últimas reuniões. Essa Comissão ela tem basicamente a função de deliberar sobre a paisagem da cidade de São Paulo. É uma Comissão específica sobre isso. As nossas últimas duas deliberações lá foram extremamente discutidas, porque eram dois projetos de importância para a cidade de São Paulo. Dois projetos de duas empresas privadas que tinham o objetivo de colocar LED - dois painéis imensos de LED, um deles muito conhecido, que é aquele painel ali na Avenida Paulista do shopping, do novo shopping de São Paulo, e um outro na Avenida Brasil, também de uma empresa privada. Isso é muito importante quando se discute, porque é uma oportunidade de toda a sociedade verificar questões que às vezes passam muito despercebidas. Um ponto crucial que foi colocado, Secretário, é porque é na Avenida Paulista. As pessoas ficam impressionadas como a procura para vários eventos é na Avenida Paulista ainda, embora nós tenhamos outras avenidas tão importantes na cidade, mas a Avenida Paulista ainda é um ícone para eventos grandes, como por exemplo, a última parada LGBT +, que também foi muito discutida: Por que esse evento de tão grande monta deve ser realizado naquela avenida? São essas questões que vão para essa Comissão e que através de um processo administrativo, que anteriormente há discussão na Comissão, são verificados através da legislação existente - também de resolução da própria Comissão -, para que a gente delibere sobre a possibilidade ou não da aprovação desses projetos. Para vocês terem uma ideia - eu pedi aqui rapidamente para que ele imprimisse - a AGAXTUR recentemente havia impetrado mandado de segurança no sentido que fosse aprovada judicialmente um painel de publicidade da empresa, porque a CPPU tinha deliberado contrariamente e ela, então, ajuizou ação para que fosse colocado, porque ela alegava que isso prejudicava a atividade dela e que foi negado. Foi julgado improcedente, porque ela não cumpria todos os parâmetros legais que estão na legislação, que seria até oportuno, numa próxima oportunidade, podemos destacar com mais profundidade, pontuando um pouco mais acerca do que é exigido nessa legislação. Para efeito de acompanhamento, eu considero suficientes esses esclarecimentos e do que discutimos lá e fico à disposição caso alguém queira mais informações.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Obrigado, Rosa. Quero convidar também a Conselheira Claudia Cahali, da Comissão Especial para Acompanhamento e Contribuições para as Concessões de Áreas Verdes e Conservação Ambiental. Por gentileza.

Cons. Claudia Cahali - Bom dia, eu sou do PIC, região Centro-Oeste 2. A gente está nessa Comissão Especial de Acompanhamento para as Concessões de Áreas Verdes de Conservação Ambiental ainda iniciando os trabalhos. Temos compondo essa Comissão, além de eu estar como Presidente, a Sonia Hamburger. Ela é relatora. Temos a Tamires, que é da Secretaria do Verde; a Elisa Ramalho Rocha, que ela é do CADES Regional da Vila Mariana; a Magda Bereta, que é da Associação de Moradores da Vila Mariana; e Carmo Silva, que ontem passou a integrar a nossa Comissão, que ele é do Conselho Gestor do Parque do Carmo. A princípio a gente fez duas reuniões preparatórias para chegar num escopo de

trabalho, discutimos os assuntos da concessão do Parque Ibirapuera, que é o assunto que levou a surgir essa Comissão, mas como objetivo da Comissão, a gente entendeu que é elaborar um documento referencial para orientar o que deve ser contemplado nos Planos Diretores de parques municipais e vamos discutir esse formato para que a gente tenha um instrumento que realmente possa contemplar as várias tipologias de parques e unidades. Também dentro desse trabalho, vamos procurar conceituar as diferenças e definir Plano de Manejo, Plano Diretor, Plano de Gestão, porque parece que ainda a gente tem muita confusão com relação a isso. Decidimos também fazer uma indicação com uma recomendação com relação à elaboração dos Planos Diretores. Aí eu não sei em que momento a gente apresenta aqui. *(voz ao fundo)* Pode ser agora? A nossa reunião foi ontem. As reuniões acontecem a cada quinze dias. Não vamos ter a do dia 30, mas depois a gente volta com as reuniões em agosto. Os trabalhos da Comissão terminam em novembro. A gente vai fazer um relatório para ser apresentado aqui na reunião do CADES, para todos conheçam o final dos trabalhos. A nossa indicação é uma considerando as atribuições... *(eu vou resumir... eu acho que depois vai ser enviado para todos)*. Considerando as atribuições da Secretaria do Verde, as atribuições do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a necessidade de elaboração de Planos Diretores para os parques municipais e a possibilidade de parcerias público-privadas e de concessões dos parques municipais, a gente está recomendando que a elaboração dos Planos Diretores dos parques municipais seja coordenada e realizada pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, com a participação dos Conselhos Gestores, conforme previsto no inciso 3º do artigo 10, da Lei 15.910 de 2013, sendo certo que a elaboração de Plano Diretor específico para cada unidade é necessária e indispensável para obtenção de diagnóstico e, assim, planejar e nortear as ações e atividades a curto, médio e longo prazo a serem realizadas nos parques municipais, principalmente no que tange a tutelar possíveis parcerias público-privadas, inclusive, concessões. Essa nossa recomendação de que, resumidamente, que a Secretaria do Verde seja a responsável e que coordene todos os trabalhos.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Gostaria de agradecer à Claudia. Para prosseguirmos os informes, passo ao Conselheiro Alessandro Azzoni, representante do CADES no Conselho Municipal de Políticas Urbanas - CPMU -, Câmara Técnica de Legislação Urbana - CTLU - e Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB -, bem como Presidente da Câmara Técnica de Análise de RIV da Comissão Especial de Mediação e Conciliação de Passivos Ambientais em Processos Administrativos, da Comissão Especial da revisão da Resolução 179/CADES/2016. Por gentileza, Senhor Conselheiro, com a palavra.

Cons. Alessandro Azzoni - Tem um pouquinho de coisa para falar. Quanto à Resolução 179, na reunião, entramos em algumas questões de segurança jurídica, então nós ficamos de remarcar uma nova reunião e cada Conselheiro vai estudar as Resoluções do CONSEMA nº 1 e 2, para que se possam fazer as ponderações na forma de anexo, o que pode ser ponderado dentro do estudo de EIA-RIMA, do EVA, dentre outras resoluções. Sem esse entendimento, não tem como prosperar. Cada um de nós está estudando as Resoluções CONSEMA nº 1 e 2. Na próxima reunião provavelmente nós vamos sair com uma definição de uma ideia do texto, mas é uma tema extremamente técnico, por causa que qualquer alteração que nós fizermos lá pode causar uma insegurança jurídica. Então, o cuidado de fazer está justamente nesse sentido. Na questão da conciliação dos passivos ambientais, nós vamos estar agora fazendo uma nova reunião com os novos integrantes. Já vai ter alguns encaminhamentos que alguns processos já ficaram... eu dei continuidade em alguns processos em análise, mesmo que estava reformulando; então, alguns processos já estão disponíveis. Acho que deve estar marcando já para a próxima semana uma reunião para fazer mais distribuição de processo e, por fim, trazer para a apreciação do colegiado, após a aprovação na Comissão. O FUNDURB, na verdade, ele tem feito às apresentações. Em relação ao Verde, eles atuaram bastante na questão do Ecoponto. Destinaram parte dos recursos para ampliar a questão dos Ecopontos, mas o FUNDURB é um Fundo que ele já tem praticamente as matérias catalogadas - obrigado, é só para lembrar de tudo - seus usos, então quer dizer assim, é mais institucional o gasto do uso. Isso é de Secretário para Secretário para fazer as colocações. O que fazemos é simplesmente o acompanhamento, para ver se está sendo destinado de forma correta. Na CPMU, estava tendo a eleição agora da sociedade civil para reformulação justamente da composição do Conselho. Na CTLU, não dá para ponderar - igual a minha colega Rosa Ramos fez - porque cada reunião, nós temos praticamente vinte e cinco processos em análise. É uma coisa que a gente começa às 9 horas da manhã e termina às 2 horas da tarde. Realmente os processos requerem análise muito técnica sobre as liberações sobre zoneamento. As questões são muito técnicas, mas tudo que envolve a questão da Secretaria e das questões ambientais, a gente tem intervindo, então acredito que se vocês precisarem, eu posso mandar as pautas para vocês, mas é muito longa. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Agradecer ao Conselheiro Alessandro Azzoni. Nós temos quórum agora no momento. São 9h44, nós vamos passar aqui para o primeiro ponto expediente do dia: discussão e votação da Ata da 211ª plenária ordinária do CADES. Alguma observação, alguma correção, manifestação? Coloco em votação a Ata da 211ª reunião plenária. Os Conselheiros que aprovam a Ata, permaneçam como estão. A Ata da 211ª reunião plenária ordinária do CADES está aprovada por unanimidade. Segundo ponto do expediente: discussão e votação da Ata da 212ª reunião

plenária ordinária do CADES. Alguma observação, correção, manifestação? Sem mais, a Ata está aprovada por unanimidade.

Cons. Marco Antônio Lacava - Pela ordem, Senhor Coordenador. Eu desejo me ausentar da votação da 211, por não estar participando dela, pela oportunidade. Eu fui empossado na 212ª reunião.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Acolhidas as manifestações e nós vamos colocar que não foi aprovada por unanimidade, sendo certo que houve uma abstenção. Passamos agora para o quinto ponto do expediente do dia: Sugestão para inclusão na pauta desta reunião. Sem nenhuma sugestão, passamos agora para o primeiro ponto da Ordem do dia: Apresentação da nova estrutura da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente pelo Senhor Rodrigo Ravena, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e Secretário em exercício. Por gentileza.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - Eu queria agradecer a posse, dar parabéns, bem-vindo ao Conselho. Eu acho que é uma função importante, é um Conselho importante para a cidade, é um Conselho importante para a Secretaria. Agradecer à Renate, à Claudia e ao Azzoni pelas informações e à Rosa também. Fazer dois rápidos comentários. Não é só a Paulista. Vários ícones que as pessoas se prendem de forma permanente, como se fosse aquilo a única coisa disponível em São Paulo para divulgação e utilização e participação popular. É importantíssima essa visão da CPPU para organizar o funcionamento da cidade. Isso ajuda a gente também. É muito relacionada à função de uma Comissão com a outra e agradecer as sugestões de pauta. Agradeço também ao Azzoni por estar acompanhando tudo o que está acontecendo com os Fundos. As recomendações devem ser feitas e devem ser acolhidas, até porque isso é o que já está acordado. Nós estamos coordenando os trabalhos de elaboração de todos os Planos Diretores. Eu acho que tem uma coisa mais importante do que só falar desse seis planos atuais. Eu acho que é importante que o CADES discuta a metodologia e a forma para a gente estender isso para os demais, para gente não ter mais debate vazio, para a gente entender que a preocupação desse Conselho e da Secretaria é preservar as áreas verdes e os parques, até porque nós temos cento e sete e temos sessenta e oito para implantar. Setenta e oito, dois mil e catorze, cento e cinquenta mil, então a gente precisa ter uma estrutura mais transparente e aí usando o transparente, eu não vou fazer apresentação de *slide* nem nada, é mais para dar uma posição do que que a Secretaria está fazendo, o que que a Secretaria virou hoje. O que é que a gente está buscando é transparência. Para dar uma ideia de como a Secretaria funcionava, a gente tinha um licenciamento que passava por, no mínimo, três Departamentos, que passava por, no mínimo, oito lugares, uma fiscalização que era basicamente reativa. A gente tinha educação ambiental descentralizada com atividades divergentes e, às vezes, conflituosas em cada ponto do território. Quer dizer, você tinha educação ambiental sendo realizada por um lado no sul e para o outro lado do norte sem uma coordenação. Nós tínhamos a coordenação e a administração dos parques funcionando misturada com o licenciamento, não olhando para a biodiversidade, não olhando para plantio, não olhando para programa de preservação de verde e meio ambiente e biodiversidade. A Secretaria era muito bagunçada. Não é culpa de ninguém, é culpa da origem. Ela nasceu de um Departamento da Prefeitura que cuidava disso e, em cima desse Departamento, foi se agregando um monte de coisa e virou um monstrão. A ideia qual foi? Temos hoje uma Coordenação que trata dos Conselhos e participações, que também trata de orçamento, de intimações, que cuidava de um monte de coisa, mas hoje o foco dos Conselhos é a participação popular. Temos uma Coordenação de Planejamento, que basicamente funcionava para planejar parque. Hoje, a Coordenação de Planejamento da Secretaria é uma Coordenação de Planejamento Ambiental Urbano. Cuida de parque? Cuida, mas cuida da visão que a Secretaria tem da cidade, cuida do levantamento do que a gente tem de biodiversidade, de atividade, de ações efetivas de preservação de meio ambiente, então o ex-DEPLAN, que passou a ser Coordenadoria de Planejamento Ambiental, passou a ter uma função muito maior, que perpassa todas as outras Coordenações e todas as outras Secretarias do Município. Então, está colhendo, até por conta do Plano de Metas, um monte de informações de outras Secretarias - e já cobre, já está cobrado - e a gente está tentando criar uma Coordenação para fazer o que a gente sempre imaginou que a Secretaria deva ser: transversal. A Coordenação de Planejamento tem basicamente esse papel de fazer o acompanhamento transversal das políticas públicas que envolvam meio ambiente, em suma, todas. Não tem muito jeito, não dá para escapar e é bom. Com o CGPABI, com a Coordenação de Parques e Biodiversidade eu não vou me aprofundar muito. A Tamires vai falar especificamente deles, mas a gente pretendeu dar mais coesão e mais força para o cuidado e para o olhar de parques e biodiversidade, trabalhando aí, os Planos de Manejo e de arborização urbana. O Planejamento está trabalhando no PLANPAVEL, que é um plano amplo para a cidade, um dos quatro reguladores do PDE. A ideia é que venha cada um aqui falar sobre a sua Coordenação especificamente para dar para o Conselho exatamente o que cada Coordenação está fazendo, senão eu vou ficar três horas falando, porque têm muitas ações em andamento. Eu vou falar rapidamente agora da fiscalização, porque eu estou respondendo pela fiscalização, então me sinto na obrigação de dizer o que foi feito com o ex-DGD. Ah, acabou com o Núcleo Regional, não funciona mais, ou seja, as ações são regionalizadas e territorializadas. Há uma programação de fiscalização prévia, que não é mais reativa. É proativa. Assim, existe dentro da Coordenação de Fiscalização uma unidade que planeja as ações de fiscalização, partindo de dois pontos: denúncias, requerimentos do Ministério Público e levantamento de campo. Nós estamos escolhendo atividades, regiões e a gente vai mudando a forma de fiscalizar ao longo do mês. A

gente sai para a rua para atender demanda, mas para fazer fiscalização ativa. Para dar um exemplo: Desde que a CFA está montada dessa forma, nós estamos com oitenta autuações, oitenta, que não decorrem nem de denúncia do Ministério Público nem da população, nem de ninguém, nem de pedido.... *(voz ao fundo)* Oitenta ações de fiscalização com infração ambiental apurada por fiscalização ativa, então é o que a gente chamou - e é uma das metas da Secretaria para com o Prefeito. Não é meta do Governo, mas é meta da Secretaria criar nova fiscalização, que está sendo implantada. A fiscalização deixa de ser meramente passiva, meramente reativa de ser cobrada e passa a cobrar do cidadão o cumprimento da legislação ambiental e tem sido uma surpresa muito ruim, para falar a verdade, o que se faz na cidade em termos de cumprimento da legislação ambiental. A gente está correndo e achando quem não está cumprindo e está autuando e está colocando na linha. Isso eu acho que tem um efeito prático imediato. Eu vou trazer depois os dados a hora que chegar na apresentação da CFA especificamente. Eu trago as multas todas. A gente traz o que a gente fez por região, aponta quais são os próximos passos. Não acabaram os DGDs. As Secretarias sozinhas funcionando na ponta acabaram. Não adianta mais falar que tem um fiscal, uma educadora ambiental, um cara que cuida do verde, não! Não, não tem. Não tem mesmo. Tem ação territorial? Tem; e ação basicamente é territorial, é por região, por área ou por atividade - da fiscalização e da educação ambiental - que vai funcionar da mesma forma: concentrada, com objetivos determinados pela Coordenação de Educação Ambiental, pela UMAPAZ, e que distribui essas ações pelo território. A gente está com algumas ações importantes. Depois a Meire vai fazer a apresentação da UMAPAZ acho que num outro dia, mas temos ações integradas com outras Secretarias. A ideia de ser transversal está acontecendo em quase todas - quase todas, não -; em todas as Coordenações, porque a gente está conseguindo conversar com quem a gente tem a interlocução: o Licenciamento, Obras, Subprefeituras. Esse novo modelo da Secretaria possibilitou uma conversa mais fácil com os outros atores da própria Prefeitura, porque ficava uma coisa parecendo que a gente estava num outro mundo, não é nem em outro Município. Quer dizer, tinha a Secretaria aqui e todo o resto para lá. Não, não é. Nós estamos juntos com todo o resto da Prefeitura e essa simplificação da estrutura da Secretaria possibilitou um intercâmbio e uma ligação maior com as demais Secretarias. Está perfeito? Não, não está ainda, mas nós pusemos de pé esse Decreto em fevereiro e com proibição de nomeação, mas estamos superando isso tudo. E agora a gente passa, até o final do ano, a consolidar definitivamente a estrutura da Secretaria e, basicamente, deixar ela funcionando. Eu acho que já melhorou muito. As críticas continuam, mas os elogios começaram a aparecer. Tem efeito prático. A simplificação e a transparência e a facilidade de acesso do cidadão aos dados da Secretaria, às ações da Secretaria têm possibilitado que a gente tenha uma visão um pouco mais tranquila da parte do cidadão que demanda os serviços da Secretaria e essa é a nossa função. Mais que isso: a gente está conseguindo olhar para as ações que a gente tem que olhar. Em vez de ficar correndo atrás do próprio rabo para tentar tapar o buraco de denúncias, às vezes infundadas, a gente está conseguindo desenvolver planos e ações efetivas que vão gerar efeito para a cidade como o GEOSAMPA ambiental, Programa de Arborização Urbana, o PLANPAVEL, o chamamento público para a parceria nos parques, as ações de educação ambiental; e vou destacar uma que eu acho que vai ter efeito prático muito grande com a Secretaria da Educação. A gente já começa um treinamento de professores municipais em educação ambiental. É um curso certificado, conta ponto para a avaliação dos professores. É isso que a gente chama de estar junto e participar transversalmente. Não é simplesmente fazer um curso na UMAPAZ no sábado à tarde. O cara vai lá, toma uma água de coco, dá uma volta no parque, ouve alguém falar alguma coisa e vai embora. Não, é um curso mesmo, é uma formação de professor para o Município. São dois mil, três mil. *(voz ao fundo)* quatrocentos mil, e por aí vai até chegar ao treinamento de todos em educação ambiental, de todos os professores do Município. Todas essas ações - e aqui a gente estava conversando -, essas ações estão gerando efeitos para fora da Secretaria. A gente está sendo procurado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente para trabalhar junto com eles na elaboração de Planos Diretores dos parques estaduais. A gente está recebendo consulta de outros órgãos ambientais do Brasil para saber como é que funciona esse novo modelo. Não tem nada de novo. A gente não criou nada. A gente só organizou. *(voz ao fundo)*, inclusive fora do Brasil também. A gente tem sido convidado para alguns eventos - três ultimamente: Washington, San Francisco e Buenos Aires para falar sobre o que a gente está fazendo de biodiversidade e licenciamento e planejamento urbano. Então, a ideia foi criar uma Secretaria mais ágil, mais transparente e que dê conta dos desafios da cidade, que não são poucos. E todos aqui sabem que são diversos e são conflituosos, na maioria dos casos. Para terminar, a gente não vai conseguir fazer tudo isso sem a participação desse Conselho. Esse Conselho é órgão da Secretaria, faz parte da reestruturação, faz parte da ação de desenvolvimento da cidade e a gente conta, em trazendo para esse CADES o que a gente está fazendo - e a gente começa hoje pelo CGPABI a esmiuçar isso, a gente espera ter contribuição e parceria de vocês para aquilo que a gente está tentando fazer: tornar a Secretaria mais ágil, mais transparente e mais transversal, que eu acho que é o ponto essencial. Quanto mais simples a gente tiver a forma de atuar, mais a gente atua de forma participativa com as outras Secretarias e facilita a vida de todo mundo. Era isso. Obrigada.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Quero agradecer o Senhor Rodrigo Ravena, nosso Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal, Secretário em exercício e Coordenador do CFA. Abrimos a palavra aos Conselheiros. São trinta minutos para as considerações dos Conselheiros nesse momento. Por gentileza, as inscrições estão abertas, lembrando que toda vez que fizer uso da palavra, falar o nome e a representatividade para a questão da Ata e a transcrição.

Conselheira Rosa Ramos - Só um registro em relação à fala do Secretário Rodrigo. A gente tem aquele ditado que tudo que é bom a gente tem que copiar. Recentemente, acho que foi no domingo, eu ouvi uma reportagem sobre uma cidade de Minas acerca da educação ambiental. Isso para fazer uma reflexão com todos vocês em relação ao trabalho que a UMAPAZ vai fazer em relação aos professores das escolas públicas. Uma escola pública criou uma moeda de troca para os resíduos sólidos e essa moeda de troca é entregue pela escola na medida que os alunos tragam esses produtos recicláveis e essa moeda eles adquirem produtos dentro da própria escola. Produtos escolares: agenda, lápis, caneta e isso refletiu em toda a cidade. Isso criou na cidade um novo marco em relação aos resíduos. Eu acho que esse é um trabalho, se o Senhor não tiver visto essa reportagem, eu faço questão de entregar, de procurar esse link e repassar. Vale a pena que todos vejam, porque é uma medida extremamente simples e, sim, de organização e interesse dos profissionais de ensino que possam copiar isso, porque na verdade o projeto está criado. É um projeto de muita importância, de reflexão e eu acho que é por aí: é pela educação que a gente deve começar firme e muito fortemente. Fico muito feliz, Rodrigo, dessa iniciativa de você trazer aqui para a gente, que a gente possa participar e contribuir em relação à educação ambiental.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Por favor, Conselheira Sonia Hamburgo, com a palavra, por gentileza.

Cons. Sonia Hamburger - Bom dia. Peço desculpas pelo meu atraso. Eu queria reforçar essa força que a gente tem que ter daqui para frente, que realmente a gente está numa situação mundial que precisa que todo mundo pense na sustentabilidade e no meio ambiente. Eu acho que realmente é uma coisa que a gente tem que reforçar. A gente está aqui nesse Conselho para dar o apoio nesse sentido, está fazendo uma mobilização que eu espero que seja bastante significativa, solicitando acréscimo de orçamento para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, porque é uma Secretaria transversal e é uma Secretaria que deve conversar com todas as outras Secretarias essenciais para o desenvolvimento da cidade e gostaria também de perguntar: Nesse novo organograma se os CADINHOS eles têm uma figura na Secretaria ou se eles continuam vinculados diretamente à Subprefeitura. Obrigada.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - Primeiro, Rosa, eu acho que tem um entendimento - e aí é uma posição de Governo e especialmente de gestão da Secretaria. Eu particularmente acho que a gente não consegue fazer nada sem educação. Não adianta nada eu trancar, fechar, cercar, bater, expulsar, se eu não ensinar, se eu não educar. E isso está perpassando não só a educação ambiental, mas a fiscalização ambiental e o licenciamento. A fiscalização não é para multar, é para ensinar antes. Isso é prévio. Em qualquer lição de Direito a gente sabe que a fiscalização antes de ser sancionatória é educativa. A educação passa por toda a ação da Secretaria, a gente não tem a alternativa. Com relação ao que a Sonia falou, a gente tem que aproveitar uma oportunidade. Eu tenho repetido isso em todo lugar que eu vou e o Prefeito só reafirma o que eu estou falando. A despeito de a gente ter que brigar por um orçamento maior, nós temos que aproveitar um Prefeito que está a fim de defender Protocolo de Paris, que está a fim de defender redução de emissões de poluentes, que está a fim de rever modal de transporte e está a fim de garantir crescimento de áreas verdes e sustentabilidade. A primeira vez que a gente olhou para São Paulo com o PMMA, a gente tinha achado 30% de área de cobertura verde. Nós estamos com (*voz ao fundo*) entre 46 e 48% da cidade com cobertura vegetal. Está funcionando? Está funcionando e funciona. E a gente tem que aproveitar o momento político favorável. A despeito de o país estar caminhando para um lado, São Paulo está caminhando para o outro, está caminhando para o outro e a gente vai continuar caminhando para o outro, porque a gente acredita que a forma de fazer a cidade crescer é de uma forma sustentável e dá para fazer. O verde não exclui as pessoas, as pessoas não excluem os animais e os animais não excluem a vida em comunidade. A gente tem que achar soluções para isso em conjunto. Talvez o instrumento mais importante seja mesmo a educação; e a educação passa por conversa, por participar. CADINHOS. Nós estamos fazendo um movimento muito grande com relação aos CADINHOS. Os CADINHOS são órgãos da Secretaria também. Eles funcionam nas Subprefeituras por uma questão de infraestrutura e logística, porque trazer cada CADINHO para cá a cada quinze dias, eu acho que a gente não teria quórum. Então, eles funcionam nas Subprefeituras, até para ter o contato direto com o que está no território e nós estamos fazendo quatro macro encontros por região durante esse ano. Começou sábado passado e nós temos mais quatro sábados. Vamos fazer mais um encontro depois desses quatro grandes encontros e a ideia é levar para os CADINHOS efetivamente ações e pedir para que os CADINHOS apoiem ações com relação a resíduos, levantamento de necessidade de plantio, educação ambiental, dentre outros temas correlacionados. A gente precisa respeitar a participação popular, trazer a participação popular para dentro da Secretaria, mas também dar responsabilidade, que é o que nós estamos fazendo aqui. Vocês estão trabalhando para caramba, vocês estão fazendo muita coisa. Essa responsabilidade que está aqui tem que descer também para os CADINHOS, eles têm que ter responsabilidades como órgãos da Secretaria. Não só estilingue, fazer parte da vidraça.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Mais alguma manifestação de alguns dos Conselheiros? Por favor, Claudia, com a palavra.

Cons. Claudia Cahali - Claudia, do PIC. Você falou em GEOSAMPA Ambiental. Eu queria entender como que vai ser, fiquei curiosa.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - É assim. Pode. Emenda aí, Azzoni.

Cons. Alessandro Azzoni - Aproveitando e já emendando a questão do GEOSAMPA, nós tivemos uma conversa, aliás, a Associação Comercial teve uma conversa com o Secretário de Licenciamento. Está para sair... não é bem uma anistia, mas é plano de regularização dos imóveis e foi feito exatamente um levantamento a laser sobre a cidade de São Paulo inteira. Inclusive eles conseguiram de 1 para 2000, ou seja, eles conseguem enxergar dois metros de precisão de qualquer área que esteja irregular na cidade de São Paulo e com isso eles estão com uma base de dados muito grande nesse sentido. Eles conseguiram fazer esse levantamento e descobriram que aquela questão de Parelheiros estava realmente muito mais avançada do que eles previam. Eles já têm essa base de dados. A questão que eu coloco é justamente essa: Vai vir um plano de anistia, praticamente. Anistia, não, você vai ter uma forma de você regularizar o seu imóvel, onde você vai deixar dentro dos acordos do licenciamento. Eu vi um caso parecido em outras cidades, como Bertoga, que foi feito o mesmo plano. Automaticamente que foi feito isso a Secretaria do Meio Ambiente entrou com fiscalização e autou todo mundo que foi regularizado. Quando eu estive na CTLU, eu perguntei justamente essa questão do Verde como que seria levantada e realmente eles não souberam explicar e falaram que provavelmente seria aplicada a lei ambiental vigente na última comprovação da construção. Eu acho que é uma grande insegurança jurídica. Eu queria saber se a Secretaria vai atuar nesse sentido já que você vai falar de geoprocessamento, já aproveitei a deixa.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - Eu não sou especialista em falar. Eu acho que a hora que estiver pronto, a gente vai fazer questão de apresentar, mas basicamente é o seguinte: A gente comprou e adquiriu e buscou imagens mais detalhadas possível para fazer o levantamento de cobertura vegetal da cidade e sobre essas imagens trabalhar PMMA, parque, tudo que a gente tem de informação sobre biodiversidade. Isso é uma camada do sistema de informação de dados da cidade, que vai fazer a leitura do que é informação ambiental, basicamente olhando para duas coisas: Mapear e tornar público o que a gente tem e dois, para ser capaz de contabilizar o nosso patrimônio ambiental. E aqui é um debate que virá para esse CADES mais para frente. A gente olha e a gente fala muito de proteção ambiental sem ter noção de que isso tem um valor monetário monstruoso para o mundo. Hoje existe capital disponível no mundo da ordem de vinte e dois bilhões de euros para investimentos baseados na natureza, que tomam por base o quê? O patrimônio ambiental de cada cidade. Acaba tomando por base o patrimônio ambiental de cada país. É uma coisa complicadíssima de se chegar aí e, por isso, que as ações do Banco Mundial e dos órgãos internacionais de financiamento são ações muito pontuais e muito delimitadas. Ah, uma cidadezinha no interior do Ceará, uma cidade no interior da Índia, uma cidade em Bangladesh, uma cidade no interior do Quênia, por quê? Porque é difícil fazer essa contabilidade de patrimônio natural e provar o efeito prático de ação ambiental. Então, o exercício que a Secretaria está fazendo é criar uma contabilização de patrimônio ambiental. Primeiro mapear, tornar público o que a gente tem, estar acessível os dados de biodiversidade, vegetação e o que seja e eu acho que a Vivian vai fazer a apresentação quando a gente estiver com isso... Está quase pronto, quase pronto. Estamos na metade, mais ou menos. Setembro, por aí, dá para a gente apresentar alguma coisa. Tem que dar. A gente vai trazer isso para vocês verem o que é, mas basicamente é um sistema de mapeamento e controle de biodiversidade e meio ambiente, com mapeamento efetivo, com imagens atuais, recentes, do que a gente tem e junto com isso a contabilização e a criação de um índice. A gente está usando o índice de Cingapura, é isso? Fazendo esse exercício de utilizar o índice de contabilização de Cingapura - é o mais universalmente usado, parece que é o mais fácil -, mas o que foi pedido para São Paulo pelo Banco Mundial é que São Paulo crie um índice. Pode falar.

Vivian Prado (SVMA) - Vivian Prado, da CPA. Só ampliando o que o Ravena está colocando, a competência da Divisão de Informações Ambientais que está lá na Coordenação de Planejamento Ambiental é definir o sistema de informações de relevância ambiental da cidade e, também, um sistema de indicadores ambientais. A gente trabalha vários relatórios de indicadores. O que foi pedido é isso que o Ravena está comentando: é um índice da conversão mundial de biodiversidade, que se crie, e São Paulo está propondo seguir esse índice, porque é um índice de comparabilidade em nível mundial. A gente já está trabalhando a coleta dessas informações para poder criar o índice de biodiversidade em si, esse relatório de biodiversidade. Para além desse relatório, a gente já trabalha o relatório do Verde Azul, que eu coloquei aqui na plenária passada. É um relatório muito mais extenso também, que alcança todas as agendas, a agenda total de sustentabilidade da cidade. A gente também tem feito um grande levantamento junto a todas as unidades da SVMA quanto à produção mesmo de informação do que a gente trabalha, que a gente chama Relatório SVMA, e é a partir dele que a gente vai desdobrar muitos indicadores em relação à educação ambiental, licenciamento, parques, biodiversidade, que é o que vai dar toda a base de informações do futuro, que ainda está sendo chamado de GEOSAMPA ambiental, mas do futuro GEOSAMPA Ambiental. A Unidade de Tecnologia da Informação da Secretaria já está articulada com a PRODAM. Eles já criaram a plataforma. Agora a gente está num movimento de fazer essa chamada. Até setembro, a gente vai ter o Relatório de Biodiversidade, a gente está trabalhando para

isso, e algum exemplo desse relatório já vinculado nessa plataforma e a gente está nesse trabalho de criar realmente um sistema de indicadores que garantam transparência do que está acontecendo, tanto da produção direta do que a casa faz - a Secretaria do Verde - e também a articulação com as demais instâncias de meio ambiente que operam no território, seja do Estado, seja outras associações - qualquer informação de grande relevância ambiental que a gente possa cruzar no planejamento urbano e ambiental da cidade e com toda a contextualização que a Secretaria precisa trabalhar. O que tem de muito importante, que é a novidade que o Ravena colocou, principalmente, a gente acabou de concluir o projeto de mapeamento digital da cidade, que conta com ortofotos atualizadas do território para 2017 na escala de 1 para 1000, com resolução espacial de até doze centímetros. É um material de bastante alta qualidade e a gente também tem a questão das modelagens digitais 3D da cidade e uma delas importantíssima é a modelagem de vegetação, na qual a gente já está desdobrando projeção de copa, dados para o Plano de Arborização Urbana, para o Plano de Áreas Verdes e Áreas Protegidas. O mapeamento está sendo finalizado - a análise crítica dele -, foi vetorizado, já acabou a fase de mapeamento em si. O Planejamento está trabalhando o relatório do mapeamento para fazer o lançamento possivelmente entre setembro e outubro e aí também a gente pode trazer para o CADES, que é essa questão da cobertura. Está mapeada em quinze categorias. Isso é inédito no país e no mundo. Tem várias frentes de análise que a gente precisa trabalhar junto com as Coordenações da SVMA e os agentes da sociedade interessados. Mas é isso; o objetivo foi colocado: é maior transparência, no que seja a base de informações sobre a qual a SVMA trabalha e também a que ela disponibiliza para toda a sociedade entender o que se faz em termos de sustentabilidade e meio ambiente na cidade. Obrigada.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - Essa é a ideia: É transparência e a gente entende que com essa transparência a gente consegue dar efetividade e demonstrar o efeito da política pública, porque a gente fica enxugando gelo, fazendo um monte de coisa e não consegue mostrar. Acho que essa é uma ferramenta essencial para demonstrar o que a cidade de São Paulo faz e quais são os efeitos das ações de meio ambiente não só da Secretaria, de todas as outras Secretarias que praticam a ação de urbanização e que ao mesmo tempo, com a urbanização, praticam atos de compensação ou preservação ambiental, isso tem um efeito prático e imediato e está sendo medido e a gente tem que tornar isso público. Então, é essa a ideia: é transparência mesmo, é ferramenta de cidadania. Para além de ser quantificado em termos monetários e isso poder gerar e habilitar São Paulo a recursos internacionais, porque a despeito de o Brasil não ter nível de investimento, São Paulo tem. São Paulo consegue captar dinheiro do exterior. A gente só precisa ter os instrumentos próprios para demonstrar a efetividade das nossas ações, levar para qualquer organismo internacional o mapeamento que cresceu de 30 para 47% de cobertura vegetal, arruma dinheiro em qualquer lugar. A gente para de brigar por orçamento um tempo para frente, assim que a gente tiver ferramentas para buscar dinheiro barato e às vezes a custo zero no mundo inteiro.

Cons. Sonia Hamburger - Sonia, Centro-Oeste 1. Eu queria fazer duas perguntas: Uma com relação à regionalização desses indicadores, que eu acho que na cidade de São Paulo, que é uma cidade tão desigual, é muito importante, porque a cobertura de área verde também...Eu entrei em contato com esse índice de cobertura de área verde, realmente é animador mesmo, porque nos últimos cinco anos a gente tem um crescimento de cobertura de área verde, mas é preciso verificar regionalmente, territorialmente, porque é muito desigual. Eu gostaria de saber qual é a política de indicadores para essa questão. E também gostaria de reforçar que eu acho muito interessante esse movimento da Secretaria, inclusive porque essa busca de recursos internacionais não é só uma busca monetária, mas cria uma rede mundial de defesa da vida, da vida de todo mundo, mas eu acho que é importante também batalhar dentro do orçamento da cidade para que seja reconhecida a necessidade de investimento nessa área.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - A gente podia aproveitar e fazer mais três perguntas, porque já está fechando esse bloco e o nosso Secretário somente responderá essas três últimas perguntas, para a gente poder passar para o próximo tema. Quem vai se inscrever nesse momento seria a Rosa, quem mais? Só a Rosa.

Cons. Rosa Ramos - Só para aproveitar, Vivian, que está expondo e que está em construção esse projeto, uma dificuldade que eu vejo é um cadastro das áreas para recuperação ambiental. Gostaria de saber, então, se está previsto nesse levantamento já deixar isso pronto, porque eu acho que está dentro do mesmo critério de levantamento as áreas críticas e que podem ser usadas para os projetos de recuperação ambiental decorrente não só de TCRAs, mas como também dos TACs e de demandas do próprio Ministério Público.

Vivian Prado (SVMA) - Vivian, da CPA. Respondendo primeiro à Sonia em relação à regionalização de indicadores, a gente trabalha com o que o mapa digital da cidade determina. A gente discretiza minimamente por distrito na cidade e aí havendo qualquer maior necessidade de aprofundamento, conforme a região, a gente determina outros trabalhos em cima disso. Mas, minimamente, a gente discretiza pelos noventa e seis distritos da cidade, depois agrega por Subprefeitura e a partir disso faz uma leitura macroterritorial em relação a onde conservar, preservar, restaurar e aí começa uma articulação muito forte com a CGPABI, uma articulação muito forte com educação ambiental em relação a

quais seriam os rumos dos projetos dentro dos planos e projetos de governo para atender a especificidade de cada região da cidade. Mas o Planejamento em si já trabalha com essa questão de diferenças locais muito grandes dentro do nosso território. Quando à pergunta da Rosa sobre o cadastramento de áreas de recuperação, um dos resultados do mapeamento da cobertura vegetal é justamente saber o estágio sucessional de alguns maciços da cidade. A gente tem uma leitura de que parte desses maciços já se encontra em regeneração; então, são áreas-estoque, vamos assim dizer, para a priorização de políticas de restauração e demais coisas nesse sentido. A gente também tem no Planejamento Ambiental a Divisão de Patrimônio Ambiental, que também vai trabalhar com essa questão de um banco de terras - onde está o patrimônio, para onde a gente vai caminhar com as prioridades de preservação, restauração. Vai ser um trabalho coordenado. Está previsto, sim. É uma das sub-análises que a gente está levando em relação a essa leitura mais macro da cobertura vegetal, que também vai orientar os trabalhos do PLANPAVEL e do Plano de Arborização Urbana da cidade nessa coordenação de trabalhos que está sendo feita. A gente também tem a expectativa de mais para frente, junto com a Divisão de Patrimônio Ambiental lá do Planejamento, alcançar até o que seria área verde dentro de lote particular, dependendo de como estejam os demais bancos de dado do MDC em relação aos dados compatibilizados. A gente tem uma série de ferramentas de sistemas de informação geográfica, geoprocessamento, que a gente está aí trabalhando para desdobrar indicadores e leituras territoriais para que a gente alcance essas políticas diferentes no território, mas que considerem, lógico, já alguns horizontes de entendimento. É isso.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - Só para complementar, como deu para perceber, a gente está trabalhando para caramba. Nós não estamos brincando, é de verdade, é para valer, é para funcionar. E a gente está olhando para os quatro macro-planos que saem do PDE como instrumentos importantes para o crescimento da cidade e a gente está trabalhando nisso porque a gente acredita que esse mapeamento e essa transparência e essa disponibilidade de dados não ajuda só a Secretaria, ajuda tudo...Eu estou olhando aqui SEL, SMJ, SMS, SIURB, tudo isso estando disponível antes de a gente conversar qualquer projeto de intervenção urbana, não precisa conversar comigo. Vai estar disponível, olha lá. Vai estar fácil de fazer, fica fácil de entender e o relacionamento das Secretarias fica muito mais simples. *(voz ao fundo)* Não vai ficar parado no Verde. Para encerrar, ser transversal não é meter o bedelho no que os outros estão fazendo, é deixar disponível informação que os outros precisam. É isso que a gente quer fazer. Eu não quero atrapalhar, a Secretaria não quer atrapalhar, nem fazer o que as outras têm que fazer. Eu quero deixar disponível informações para que os outros façam de forma mais fácil e o detalhamento é regional, é para olhar ponto por ponto. Para ter uma ideia do que a gente está fazendo, o mundo está olhando para a gente, para São Paulo. É importante que isso fique claro. Todo mundo quer saber o que São Paulo está fazendo. Todo mundo pergunta. E só para dar uma informação por que que eu estou pressionando e pedindo para setembro para mostrar alguma coisa? Porque em setembro o Banco Mundial vem a São Paulo para entender o que São Paulo está fazendo. E entre o Rio de Janeiro e São Paulo, ele escolheu São Paulo, por quê? Porque o Prefeito vai na mesma linha do entendimento do Banco Mundial, que é descentralizar a disponibilidade de recursos que estava em nível nacional, passar a atender cidades que consigam atender minimamente os requisitos de financiamento que o Banco Mundial impõe e, basicamente, é ter projeto - a gente tem um monte -, é ter ação - a gente tem um monte -, ter a mensuração de sustentabilidade e de meio ambiente, a gente vai ter quase tudo pronto pelo menos para mostrar, e boa vontade - a gente tem. Eu acho que é isso. Isso virá outras vezes para o CADES, o CADES vai apreciar isso mais vezes e esse ferramental é para tornar transparente para todo mundo o que é disponível e onde tem, para qualquer empreendedor também poder olhar e falar "olha, aqui eu vou ter problema, melhor eu começar a olhar melhor o que eu estou fazendo", porque não se esqueçam que na rua está a nova fiscalização. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Sem mais manifestações nesse momento, nós vamos passar agora para o segundo ponto da Ordem do dia: apresentação da estrutura da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade - CGPABI - da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente pela Senhora Tamires Carla de Oliveira, Coordenadora de Gestão de Parques e Biodiversidade. Por gentileza.

Tamires Carla de Oliveira (SVMA) - Bom dia, gente. Eu fiz uma apresentação até um pouco legalista. Eu vou tentar dar uma amenizada nela. Eu vou apresentar para vocês as nossas seis divisões e eu falar bem rápido e depois acho que nas perguntas a gente vai entrando nos detalhes, porque de fato todo mundo está fazendo muita coisa, muito trabalho. Quando eu comecei a fazer apresentação, eu falei "vou colocar o que todo mundo está fazendo". Falei "não, melhor não, não vai dar certo, eu vou pegar a manhã inteira e não vai dar". Para quem ainda não me conhece, eu sou a Tamires, eu assumi a Coordenação faz uns três meses, mas já estou na Secretaria faz algum tempo. Eu estava na Divisão de Projetos e Obras. Então, eu estou com um belo de um desafio aí para tentar coordenar tudo o que é relacionado à gestão de parques e biodiversidade dentro do Município. Só para ficar bem claro que uma coisa que é super importante: quando a gente vai falar com as pessoas, parece que a gente está muito distante. Ah, o Prefeito, a Secretaria ou a Divisão, Coordenação fica muito... Ninguém sabe muito bem onde a gente está. Hoje a Prefeitura no geral - não sei se todas as Secretarias, mas a Secretaria do Verde ela tem uma estrutura muito curta, u ma estrutura hierárquica. A gente tem Prefeito, Gabinete, Coordenação e já divisão técnica. Não tem tantos degraus para as coisas acontecerem. Isso é uma das coisas que a gente

tem que se aproveitar muito, que a gente não tem depois uma seção, um fulano, um outro, um outro. As coisas elas têm total possibilidade de acontecer muito rápido. Eu coloco isso porque muita gente perguntou "mas você fala com o Secretário"? Sim, eu falo com o Secretário. Estou vinculada diretamente a ele e ele diretamente ao Prefeito, então há possibilidade de fazer muita coisa. Só pensando o gancho da reestruturação, antes a gente tinha o DEPAVE, que não é o DEPAVE da década de 60, da década de 70, como ele estava até o começo deste ano, e as modificações que aconteceram foram as seguintes. Onde está verdinho se manteve, onde está laranjinha a gente sofreu uma alteração e onde está vermelho deixou de existir. O que que é esse vermelho? Era o DEPAVE 4, que era um braço do Licenciamento da Secretaria. O que acontecia? Como o licenciamento é uma coisa muito pesada dentro da Secretaria, todas as outras Coordenações, no âmbito das responsabilidades do Diretor de Departamento, ficavam muito à mercê dessas coisas aqui. O foco era tão grande no licenciamento que parque, fauna, Unidade de Conservação, as outras coisas meio que ficavam em segundo plano, não por maldade de ninguém, mas é porque é fluxo de trabalho, quantidade de processos, as coisas tirava um pouco a atenção disso. Com a saída disso, a gente tem essa estrutura agora. Tem a Coordenação...o Parque Ibirapuera e do Carmo, que antes eram divisões, eles fazem parte diretamente da Coordenação aqui comigo. Continuamos com Obras. O que era o DEPAVE 5 virou Gestão de Parques Urbanos - urbano enquanto urbano, em cidade urbana, porque tem aquela coisa o urbano linear natural, mas não é nesse sentido. É enquanto parque em uma zona urbana. As Unidades de Conservação, Produção e o Herbário Municipal; Arborização Urbana, que é uma divisão nova. Antes Arborização Urbana ela era uma seção do Manejamento, uma seção dos viveiros, e hoje ela já virou uma divisão mesmo dentro de uma Coordenação de Biodiversidade. Hoje ela tem uma linha muito clara do que se tem que fazer. E a Fauna Silvestre. Falar um pouquinho de cada um. Das atribuições, não vou ler tudo isso, mas depois vocês rodem a apresentação que o pessoal lê. Quanto à Coordenação, obviamente é para executar toda a política pública voltada a todas essas áreas. Então, elaborar diretrizes para o planejamento junto com a CPA, que a Vivian está ali, coordenar a parte de doação, parceria, concessão, que eu falei para você. Eu falei "vou dar uma olhada nas atribuições porque eu tenho quase certeza que está lá". Está, sim, então é uma coisa que a Coordenação ela já tem essa atribuição mesmo legal. Não tem nem o que falar. Também na atribuição da Gestão de Parques também está lá, só que eles usaram Plano de Gestão, que aí a gente resolve depois no nosso trabalho. Promover em conjunto com as demais unidades da Secretaria e órgãos a indicação de políticas públicas pertinentes aos parques. Mais uma vez, toda a transversalidade aparecendo, que o Ravena falou para a gente. Várias coisas: da biodiversidade, da execução do Plano Diretor, Unidade de Conservação, os parques, a fauna, enfim, está tudo aí e tudo isso o papel da Coordenação é fazer essas coisas acontecerem. Entrando um pouco nas divisões, a gente tem a Divisão de Implantação, Projetos e Obras. A Isabela Armentano é a Diretora. Eu fiz questão de colocar o nome dos diretores para vocês também saberem e identificarem. Quanto à atribuição, a Divisão ela tem, obviamente, implantar os parques, elaborar todos os estudos, projetos, materiais técnicos para fazer obra em parque, seja reforma, seja implantação. E outra coisa que veio diferente nesse Decreto é que anteriormente, enquanto o papel, a Secretaria também tinha a atribuição de fazer os projetos de praças. Hoje não se implanta mais praça, é uma outra realidade. Parque está muito mais em voga. Hoje, enquanto atribuição, quando necessário e quando alguma Secretaria precisar, no caso das Subprefeituras, a gente pode orientar por meio de suporte técnico quanto a intervenções de obras e projetos em praças, jardins e demais logradouros. Dar diretrizes que alguém precisar, mas não executar obra, não fazer isso, porque a gente não tem perna e também a realidade hoje é outra do que era o DEPAVE há muito tempo, porque isso veio dessa época. Eu coloquei aqui embaixo as metas que estão vinculadas às Divisões. A Divisão de Projetos e Obras ela tem boa parte das metas. De todas as metas que a Secretaria tem hoje, 30% está na Coordenação e desse todo que está na Coordenação, o mais pesado está aqui com a Divisão de Implantação de Projetos e Obras, porque todo o investimento que a Secretaria está fazendo basicamente está aqui. A revitalização de oito parques sendo cinquenta e um com recursos próprios - para quem quiser saber, boa parte desse recurso vem do FMSAI. Para este ano são trinta e oito milhões. A gente tem outras fontes de recursos, como TAC, TCA, enfim, tem um pouquinho do orçamento, tem FEMA, então, tem uma variedade. Só não vou me debruçar, porque é muita coisa. A revitalização de sete parques por meio de concessões públicas e a captação de dez milhões de reais em parcerias também para voltar em melhoria dos parques e a implantação de dez novos parques. O que é interessante é que está criar e manter dez novos parques. Então, a Fazenda precisa liberar um dinheiro aí para a gente para cuidar bem dos parques. Eu selecionei aqui alguns... coisas que já estão em andamento, mas claro que a lista é gigantesca e eu acho que até no caso das Divisões aqui dos parques, acho que seria interessante depois marcar uma apresentação de cada um, porque realmente o trabalho é bem extenso. No Anhanguera, a gente tem muita coisa acontecendo, inclusive a ampliação dos recintos que recebem a fauna silvestre. Cidade de Toronto a gente está resolvendo o problema das passarelas. Pinheirinho D'Água tem aquele monte de erosão, todos os problemas do Pinheirinho, Severo Gomes, Herculano, Nabuco, Raul Seixas. Raul Seixas a gente está com a obra terminando, que é um projeto super importante lá, porque é a acessibilidade do parque como um todo e está ficando super legal. Nebulosas tem uma e a gente já acabou. Por sua vez, o Chico Mendes, que SIURB, onde estiver, por favor apareça. Vou fazer a cobrança pública. Preciso desse projeto, por favor. Carmo, Consciência Negra, enfim, a gente está trabalhando em todas as regiões da cidade. Os parques previstos para serem implantados eu coloquei aqui os dez, que a gente está trabalhando como prioritário. A gente ainda tem mais alguns que estão em andamento, mas esses são os

que estão mais avançados. Búfalos, Nascentes do Ribeirão Colônia, que a gente acabou a obra e agora a gente está fazendo todo o alinhamento com o pessoal da SMUL, porque o Ligue os Pontos está aqui, UMAPAZ, enfim. Vai ter escola de agroecologia para fomentar toda a questão de agricultura em Parelheiros, a parte de capacitação dos agricultores. Aristocratas, Paraisópolis, Alto da Boa Vista, Itapaciúna. Nair Bello, que a obra já começou. Primavera, que temos um problema com o Ministério Público para resolver. Água Podre, que já está em andamento, e Parque Augusta também. Parque Augusta eu também acho que é um projeto que vale a pena em outro momento apresentar. Eu coloquei aqui só um exemplo, porque como eu era de Obras, então eu preciso... Um exemplo de coisas legais que a gente faz, porque a gente tem muito parque e muita coisa a gente fica readequando as legislações atuais. A gente tem um conhecimento técnico muito grande e a gente vai fazendo todos os trabalhos, mas aí a gente... Eu coloquei só para vocês entenderem a capacidade que a Secretaria pode chegar. Esse é um projeto que é a sede do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo. A gente inaugurou no começo deste ano. Esse projeto ele tem uma série de atributos, então tem sistema de tratamento de efluentes.... natural, com macrófitas. O Wetland. Painéis fotovoltaicos. A gente inclusive aqui a gente já está gerando energia, vendendo para a Eletropaulo e zerando a nossa conta. Captação de água de chuva, tem uma série de coisas. Todo esse projeto ele foi elaborado pela Secretaria do Verde, ele foi executado através de um dos instrumentos que a gente tem, que no meu ponto de vista a gente usa pouco e mal, que são os licenciamentos ambientais. Isso aqui foi da Linha Prata do Metrô, obrigação do Metrô. São coisas que são super possíveis a Secretaria fazer. Está aí, está feito, está legal. Então, acho que é isso que a gente tem que incentivar que aconteça e cuidar melhor dos parques, obviamente, que esse é o nosso grande desafio. E, quando a gente for fazer coisas novas, que a gente faça coisas assim bem legais. DGPU, que é a Gestão de Parques Urbanos. Basicamente a atribuição deles é cuidar dos parques, fazer toda a elaboração de documentos necessários à gestão, que é nessa parte da legislação que fala "olha, tem que fazer os Planos de Gestão", regulamento de uso. Hoje a gente tem cento e sete parques existentes. Sob responsabilidade de DGPU são cento e um, porque seis são parques naturais e a gente já tem previsto até 2020 mais dez. O Plano Diretor até 2029 chega em duzentos e cinquenta. Então, temos um belo de um desafio aí. Seu Ari já olha meio bravo. Cadê o dinheiro? Não vou conseguir! A gente compartilha também com eles, o DIPO e o DGPU compartilha as mesmas metas, porque a gente tem que fazer investimento e cuidar do que a gente está fazendo. Arborização urbana, que é a nossa divisão nova. Tem atribuição de gerenciar tudo que é voltado à arborização urbana, elaborar o plano. O pessoal está num trabalho intenso para organizar todos os plantios na cidade, que não é coisa fácil, e também tem meio que um fetiche por plantio na cidade, que a gente tem que ser um pouco mais prudente quanto a isso. Não dá para sair plantando qualquer coisa em qualquer lugar, de qualquer jeito. Não adianta plantar um milhão de árvores se amanhã elas não vão mais vingar, se não estão plantadas no lugar certo, planta uma árvore na calçada inadequada, que depois gera um problema para o Patrimônio, que depois gera um problema para o TCA, que aqui aí vira um problemão. A atribuição de DAU está sendo fazer toda essa leitura, esse gerenciamento do plantio como um todo. DPHM, antes era o DEPAVE 2, que cuidava dos viveiros. Herbário e fauna eu quero me debruçar um pouquinho mais, porque foram duas surpresas muito boas para mim. Quando eu assumi a Coordenação, eu fui na casinha de cada um para ver o que fazia, como que era o trabalho e como eu ficava muito em obra, minha cabeça era muito focada para ali o que eu estava fazendo e depois eu fui ver o que os outros estavam produzindo. O Viveiro e o Herbário eles têm um trabalho que eu não imaginava que era tão imponente e tão pouco conhecido pela população como um todo. Do Viveiro todo mundo já tem na cabeça, que tem o Manequinho, que tem muda, que produz, que tem planta. O Herbário está lá, mas o Herbário é um dos maiores herbários do mundo, o do Município de São Paulo. É uma das cidades que tem mais entradas no banco. Eles documentam toda a flora da cidade de São Paulo. Eu fiquei impressionada com o trabalho deles. Acho que vale muito a pena a gente investir muito nisso. É uma das coisas que eu quero levar. "Ó, Banco Mundial, olha o tamanho do negócio que a gente tem aqui". Só São Paulo tem mais de dezessete mil entradas nesse banco. Dezessete mil folhinhas, sementinhas, todas essas coisas que o pessoal se debruçou, foi lá identificar, saber o que que é isso para poder replicar e ter todo esse banco de dados do Município, eu de verdade fiquei impressionada. Eu não sabia e fiquei envergonhada de não saber. Acho que todo mundo tem obrigação de saber o que o Herbário faz, o que o Viveiro faz, que são trabalhos super importantes. A gente tem três Viveiros. Para quem não sabe, o Manequinho Lopes, no Ibirapuera, Arthur Etzel, no Parque do Carmo - esses produzem herbáceas -, e o Harry Blossfeld, que produz árvores, que fica no Parque CEMUCAM, que é o único parque que é de propriedade municipal que fica em Cotia. Ele fica fora do Município. E aqui também eles compartilham a meta com o pessoal da arborização, porque a produção é deles, eles que recebem, têm toda uma logística com o pessoal da produção da arborização. As Unidades de Conservação, já vou aproveitar para dar a devolutiva da reunião do dia 15 de maio. Eu não lembro quem me perguntou sobre plano de turismo da APA Capivari-Monos. Não me lembro quem, mas isso eu anotei. Isso faz parte do plano de turismo da cidade. Ele é coordenado pela Secretaria de Turismo. A gente está envolvido, isso está em andamento. Acredito que logo, em breve, isso tenha algum dobramento. As Unidades de Conservação estão vinculadas a um sistema nacional. É uma coisa bem maior. Temos seis parques naturais. São nove Unidades de Conservação sob responsabilidade da Secretaria, que a Secretaria está envolvida, sendo seis parques naturais, duas APAs e uma RPPN. Infelizmente, não temos metas diretas vinculadas a eles, mas a gente tem uma responsabilidade federal. É uma coisa que vai além de ter metas. Tem que fazer todo o monitoramento, tem que estar lá, tem que verificar isso daqui. São bancos gigantescos que o trabalho do Herbário está totalmente envolvido no

trabalho com o pessoal da Unidade de Conservação. E a fauna, que acho que também é outro universo que é muito... Não tem nem o que falar do trabalho que esse pessoal faz. A gente tem a Divisão de Fauna Silvestre e é silvestre. Secretaria do Verde não é responsável por animais domésticos. Isso tem que ficar muito claro. Animais domésticos, Zoonoses, Secretaria de Saúde; então, não cuidamos de cachorros, gatos. A gente tem toda a responsabilidade sobre os animais silvestres que são entregues para a Secretaria e a reabilitação deles. A gente tem dois... Tem o Anhanguera. No Parque Anhanguera fica o CEMACAS, que é o Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres. Lá o que que o pessoal faz? O atendimento desses animais. Normalmente são animais que, ou são encontrados ou vêm de tráfico de animais, vêm de diversas formas; faz o tratamento, a reabilitação e a destinação desses animais. Por exemplo, agora a gente recebeu uma onça parda, que é o xodó da Secretaria. Pequeninha, semana passada ela chegou. Ela é um filhotinho, foi encontrada em um canal em Campinas, foi entregue em São Paulo. A gente vai cuidar dela até ela poder ser solta num *habitat* natural dela, que ela encontre outras onças. A gente está amamentando e vai cuidar dela até ela aprender a caçar, até ela aprender a comer, até ela aprender se defender. Isso a gente solta na natureza, tanto que a relação que a gente tem com os animais lá é super legal. Todo mundo que quiser conhecer, fique à vontade, mas a relação com os animais ela tem que ser... é difícil, mas ela tem que ser mais dura, porque são animais selvagens e é um trabalho, enfim... é impressionante. E no Ibirapuera, que tem um posto de recebimento, atendimento aos municípios e lá fica os anatídeos, que são os patos, cisnes e gansos. Todo mundo que achar um animal, leva para o Ibirapuera que daqui eles vão dar destinação correta. Vão levar para o CEMACAS ou vão cuidar deles lá. O Ibirapuera é o ponto central para levar esses animais. Desde 91 - que é quando existe esse atendimento no Município - até 2019, já foram atendidos oitenta e seis mil animais. É animal para caramba. Eu nem imaginava que era tanto animal silvestre em zona urbana que a gente já tinha reabilitado. Em 2019, a gente tem a previsão de chegar a sete mil atendimentos e a gente já atendeu mais de dois mil e setecentos. A gente só não atendeu mais porque a gente está em obras ampliando os recintos. Assim que tiver ampliado, é capaz de superar esses sete mil e, também, a gente está dentro da meta, do objetivo estratégico 30 para reabilitar os animais. Aqui eu coloquei alguns projetos em andamento que a Coordenação está participando. Não lembrei de todos porque é muita coisa, mas eu coloquei o que está mais em voga. Os planos - o PLANPAVEL e o PMAU que é o Sistema de Áreas Protegidas e Áreas Verdes e Espaços Livres, ou seja, tudo que não é edificado na cidade entra nesse plano. Arborização Urbana, Comissão de Parcerias que eu falei aqui já numa reunião, que isso está diretamente vinculado com o Parque Legal, que também mais para frente a gente pode fazer uma apresentação. O Ligue os Pontos, SMDU, que, como eu falei, ele está vinculado ao nosso parque, único parque de característica urbana em Parelheiros, que vai abrigar a escola de agroecologia. A gente tem todo esse trabalho junto com a Bloomberg. Os Planos Diretores dos parques, tem a Comissão do CADES, então a gente está aí trabalhando. Esse que é super legal, que é o POT junto com a Secretaria do Trabalho. A gente está trabalhando em duas frentes. O POT Redenção, que é vinculado ao tratamento dos usuários de crack da região da Luz. Já temos 35 POTs no Parque da Luz e tem sido um trabalho muito legal, porque são pessoas que não tinham qualquer tipo de perspectiva e aí a UMAPAZ fez toda a capacitação com eles, o curso de jardinagem, uma série de coisas, uma série de capacitação e eles têm uma atividade laboral. Eles trabalham quatro horas por dia, tem parte de capacitação também e o pessoal está... Você consegue ver vida nas pessoas, que elas estão indo lá no parque, estão trabalhando, estão vendo as coisas de outra forma e o POT Parques, que aí não é dentro do Programa Redenção, que a gente vai trabalhar com trezentas pessoas em situação de vulnerabilidade nos parques. Um trabalho super legal. O programa de voluntariado, que a gente vai fazer a regulamentação e tentar dar uma vazão para isso. A implantação do Sistema de Formação dos Parques, que acho que vai de encontro com o GEOSAMPA ambiental. Vai ter o SIPAV também, que vai alimentar isso, porque hoje, acho que na Prefeitura inteira, deve ser assim: cada um tem sua pasta, cada um tem sua planilha e aí a gente trabalha em planilhas do Excel. Um dia, se alguém perder isso... Aí tem algum banco de dados, tem alguma coisa, então é complicadíssimo. Tem esse SIPAV, que é esse Sistema de Parques e Áreas Verdes. Todas as informações a gente vai trabalhar ali. Vai ser muito mais fácil também para o município conseguir todas as informações. Todos os processos relacionados àquele parque. Está tudo lá. Qual é a área do parque? Todo mundo pergunta: Quantos metros quadrados tem o Alto da Boa Vista? Quantos metros quadrados tem o Ibirapuera? Isso a gente está implantando. E vinculado também à Coordenação, tem a Comissão de Pesquisa Científica, que é muito importante. O pessoal das universidades está aqui, tem um monte de gente que, acho, tem interesse, que a gente faz o gerenciamento disso lá e é bem interessante porque a gente consegue acompanhar algumas pesquisas: As que entram, porque a gente sabe que tem pesquisa em São Paulo inteiro voltado a parque, área verde, à biodiversidade, fauna, uma série de coisas, mas todas as que entram a gente consegue fazer esse mapeamento, ver qual que foi o resultado. Se teve algum resultado positivo a gente incorpora, como é que foram as coisas e tem saído coisas interessantes. Eu acho que eu tentei resumir. Tem bastante coisa. Acho que no sentido do que a gente já estava falando, eu sinto muita falta de a gente propagar todo o trabalho que a gente faz. Isso a gente é nota zero e não só a gente, Secretaria, mas os CADES, os CADINHOS, os Conselhos Gestores. Fica todo mundo trabalhando igual uns malucos fazendo um monte de coisa e a gente não sabe, não tem... não sei se a gente não tem caminho, não sei, mas a gente tem que aprender a fazer isso. Falar "olha, a gente está fazendo isso, olha que bonito, olha aqui, estamos fazendo" para poder ter toda a visibilidade que a gente já tem. Está todo mundo enxergando e a gente não enxerga o potencial que a gente tem. Acho que é isso, gente. (*palmas*).

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Quero agradecer à Tamires pela apresentação e vamos para manifestações dos Senhores Conselheiros. Por gentileza. Senhor Alessandro Azzoni.

Cons. Alessandro Azzoni - Azzoni, da Associação Comercial. Eu só queria entender um pouquinho mais a questão da fauna silvestre no acolhimento, porque pelo que eu lembro, era o IBAMA, ele fez um convênio com o Estado para justamente passou toda essa atribuição da questão do CRAS, que a gente acaba levando para lá os animais de fauna silvestre. Eu queria saber como que funciona essa questão da... O Município atuar nesse sentido, porque às vezes me cai muita demanda assim. Ligam para o meu escritório falando assim: tem animais silvestres. Para quem eu levo? Geralmente eu oriento para levar, entrar em contato com o pessoal do CRAS, para o Centro de Acolhimento do Estado. Eu queria saber como funciona essa questão da Municipalidade por uma questão de legislação.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - Azzoni, eu vou meter o bedelho porque desde que eu conheci a Secretaria, a Unidade de Fauna Silvestre é um xodó. O trabalho que esse povo faz é inacreditável e a cidade não conhece. O CeMaCAS é centro de referência América Latina. Vem animal de tudo quanto é lugar do Estado de São Paulo para lá e a gente faz o trabalho é complementar, mas eu vou deixar a dono do espaço falar.

Tamires Carla de Oliveira (SVMA) - O CeMaCAS ele trabalha em conjunto com o CRAS, do Estado. É um trabalho meio compartilhado. A gente não sobrepõe nada. Desde a criação - eu não lembro agora -, do CEMACAS isso já é uma coisa que é compartilhado esse trabalho. Se você encontrar um animal, você pode mandar para o CeMaCAS ou para o CRAS.

Cons. Alessandro Azzoni - Tem muito desse questionamento eu sempre mando para o Estado.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - Dependendo da região do Estado... Por exemplo, essa onça está sendo cuidada pela Secretaria, estava em Campinas. É que o hospital, o CeMaCAS é um hospital que tem estrutura para cuidar de animal. É um dos quatro únicos hospitais veterinários do Estado que tem raio-x digital, tem quatro salas de operação, tem veterinária...

Cons. Alessandro Azzoni - É bom saber. Me passa o telefone porque eu tenho como indicar para as pessoas.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - É feito em conjunto, têm a unidade de atendimento do Estado no Parque Tietê, que recebe parte dos animais e grande parte está sendo encaminhado para o CeMaCAS por conta da estrutura que a Secretaria tem. Um animal de apreensão está sendo encaminhado pelo Ministério Público para o CeMaCAS, porque a gente tem condição de dar um tratamento um pouco mais qualificado, mas é uma atuação em conjunto. Não tem conflito nenhum. A gente não sobrepõe legalmente nenhuma atribuição de órgão. E, nesse ponto especificamente, há uma cooperação que deveria existir em todos os níveis. Nesse ponto da fauna silvestre tem uma cooperação Estado, União e Município que é quase perfeita, é quase perfeita. O risco de dar erro é muito pequeno.

Cons. Alessandro Azzoni - O munícipe quando vê um animal que que caiu - uma coruja, um gambá que apareceu, alguma coisa nesse sentido -, às vezes ele faz o acolhimento dele e quer levar para algum lugar, só que nesse meio tempo vem a Polícia Ambiental, pega ele no meio do caminho, ele autua como crime ambiental. É bom saber.

Tamires Carla de Oliveira (SVMA) - A Guarda, a Polícia, ela pega e leva para o CeMaCAS também. (vozes ao fundo). É lá que entrega e a gente cuida de todos os animais. São muitos animais, por isso... É tão grande que a gente está tendo que ampliar os recintos agora. É um trabalho bem interessante. Acho que vale muito, muito a pena todo mundo conhecer lá porque é bem legal. (voz ao fundo). Com certeza, é nosso problema.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, a Conselheira Cristina Palmieri. Por gentileza. E depois a Sonia Hamburger.

Cons. Cristina Palmieri - Parabéns pela apresentação, elucidou muitos pontos. Em relação aos animais silvestres, à fauna silvestre, é muito importante a divulgação. Eu quero reforçar, porque eu já levei para o Parque Manequinho Lopes um gaviãozinho, quebrada a asa, na região Sul. Ele simplesmente estava atrás de um camundongo de dia, que é raro rato de dia, é só à noite, mas aí uma van pegou e eu acabei indo porque estavam já do lado de um bar brincando. E aí o que aconteceu? Levando para a empresa de energia onde eu trabalhei - era a Eletropaulo - EMAE; a própria EMAE já tinha... orienta o entorno, só que você põe um cartaz e informa se vai. Então, não é só na Subprefeitura. Essa parte de comunicação é muito importante. Já levamos garça... No aeroporto de Congonhas foi uma pomba rola bateu no vidro - filhotinho pequenininho. Todo mundo só ficava empurrando, mas ajudar, não. Também foi levado e eles dão um protocolo e você segue o encaminhamento disso ao longo do tempo. Isso eu achei 10. É importante essas boas práticas e isso já fez com que outras pessoas, através dessa informação boca a boca, que colocasse. Agora, falha é a comunicação, é a divulgação, essa disseminação dessa prestação

de serviço que a gente, quando olha também no site, que ele pode ajudar. As pessoas vão aonde? Ah, o Poder Público, então você vai no site. A dificuldade de acessar. Isso daí precisa ter um empenho maior. Vocês trabalham, a gente está vendo. Só que precisa haver divulgação, precisa haver fotos, precisa as pessoas conhecerem e no próprio parque não tem isso, essa divulgação. Se os parques tivessem informando aonde você deve levar, é 10. Você vê também como o trabalho da UMAPAZ, que tem tanta coisa e não acontece, a gente não vê. Só mostrando que a gente sempre acaba sempre no mesmo ponto: a comunicação.

Tamires Carla de Oliveira (SVMA) - Só complementando isso. A gente concorda, tanto que é um trabalho que a gente está tentando na Secretaria melhorar - e rápido - porque é urgente isso. De fato, a Secretaria também faz todo o monitoramento desses animais. Cada animal que chega lá, ele recebe anilha ou colar, microchip porque isso é totalmente monitorado. A partir do momento que ele entra lá, ele tem uma ficha técnica dele, ele tem uma ficha como se fosse um hospital, é um hospital. Se um dia ele for encontrado de novo, a gente tem o número dele. Vai saber onde encontrou, onde ele foi solto... Não tem nem o que falar. Outra coisa também que tem muitos atendimentos telefônicos, porque tem gente que encontra os animais e pelo telefone mesmo eles já fazem o atendimento. Fala "olha, o animal está assim, está assado, quebrou asa, não quebrou, deixa ele, só acompanha, vê onde ele vai, solta em algum lugar". Além de todo o atendimento no local, de levar o animal para lá para ele ser atendido e reabilitado, ainda tem todo o atendimento telefônico. Eu vou pedir para o pessoal deixar mais explícito.

Cons. Cristina Palmieri - Acabei esquecendo: Existe, por parte de vocês, o resgate? A pessoa encontrou, comunica e vocês vão no local?

Tamires Carla de Oliveira (SVMA) - Sim, normalmente a GCM Ambiental que recupera os animais. Liga e a gente pede para buscar e isso em qualquer lugar, tanto que a gente pega animal em um monte de cidade. Uma das coisas que a gente pretende fazer, que a gente tem mapeado todos os Municípios, principalmente da região metropolitana, que entregam, que levam os animais lá para reabilitação e a nossa ideia é fazer algum tipo de convênio com elas para que isso se reforce e a gente consiga atender mais animais e ajudar a pagar um pouquinho, que é bom.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Na sequência agora, a Conselheira Sonia Hamburger depois Vivian Marques e Meire de Abreu. Nós podemos fazer um bloco com essas três perguntas e responder após as três perguntas. Obrigado. Sonia, por gentileza.

Cons. Sonia Hamburger - Sonia, Centro-Oeste 1. Eu vou, para variar um pouco, levantar a questão controversa aqui relacionada aos parques e à gestão de parques, que é a concessão e os editais de concessão que foram abertos e estão em processo. A gente, inclusive, criou a Comissão de Acompanhamento das Concessões. A Comissão é de acompanhamento das concessões e não exatamente do Plano Diretor. O Plano Diretor ele foi uma exigência judicial através de uma ação popular e de uma ação do Vereador Natalini e que está em andamento e inclusive foi assunto aqui do começo da reunião numa recomendação da Comissão de que o CADES tenha uma solução de que a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente se responsabilize por esse Plano Diretor e eu acho, inclusive, que a gente teria que deliberar nesta reunião de hoje sobre essa recomendação da Comissão. Eu gostaria de ter esse esclarecimento: se foi deliberado ou não com relação a essa resolução. Com relação à apresentação da Tamires, eu gostaria de perguntar quais são os sete parques que estão em indicação de concessões públicas. Me chamou muito a atenção cinquenta e um parques a Secretaria estar assumindo a melhoria e sete parques estão com indicação de concessão pública. Por quê? Eu não consigo entender e é uma questão que sempre me chama a atenção, inclusive considerando que a Prefeitura teve um aumento na arrecadação e tem dinheiro em caixa, então por que sete parques estão para concessão nesse modelo que a gente sabe que está tão controverso e que a gente, inclusive, criou uma Comissão para que a gente pudesse acompanhar. Nesse sentido também, eu gostaria de esclarecer qual é a diferença entre Plano de Gestão e Plano Diretor, que é importante nesse assunto e esse esclarecimento entre os editais de concessão, como foram estabelecidos esses editais de concessão, considerando as atribuições da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e como está sendo acompanhado pela Divisão. Acho que é isso basicamente.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, Vivian Marques, depois Meire de Abreu e as respostas do bloco de três perguntas.

Cons. Vivian Marques - Bom dia. Vivian Marques, da CETESB. Represento a ODISIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Eu fiz uma pergunta aqui para o pessoal de DEFAU, que é o Departamento dentro da Coordenadoria de Biodiversidade que cuida da área de fauna e eles me responderam que sim. Normalmente, DEFAU atua junto com a Prefeitura e a prioridade é de fato os CTAs que são oferecidos. Muitas vezes, o que acontece é a Polícia Ambiental resgatar os animais, aí é aquele negócio: Vai para Companhia e que ninguém gosta. Às vezes você encontra... eu sou fiel depositária de um jabuti que foi encontrado totalmente machucado e ele foi ficando porque primeiro a gente tinha que cuidar, cuidar, cuidar e aí acabou ficando comigo, mas na maioria das vezes esses animais quando são

resgatados numa situação de gaiola, sinal de muito maus tratos, eles acabam ficando imediatamente em algum lugar e depois vão para o Centro de Triagem para o devido cuidado. Eu fui lembrada aqui há pouco pela minha colega que ontem circulou um vídeo de uma onça lá na Estrada do Taiapuê. O vídeo fala que é da DERSA, mas não é. É na estrada do Apiaí, o nome dela é Modesta, está sendo acompanhada com anilha e tudo mais. É uma *fake news* que rolou por aí. Mas volto a enfatizar desde a minha primeira participação aqui no CADES: A gente externaliza muito mal o que a gente faz. Precisamos de um plano de comunicação do que a gente faz, é urgente isso, porque como o Conselheiro Azzoni mencionou, muitas vezes nos perguntam "olha, para onde eu encaminho" e a gente não sabe. Se você que é do sistema não sabe, olha que vergonha que é. É latente essa necessidade de a gente externalizar. Eu acho que a gente tem tantos meios de comunicação. Vai no Metrô, vê um monte de coisa, anda dentro do ônibus, tem jeito de comunicar. Tem a mídia... E muitas vezes eu imagino assim: tem muita gente que não tem acesso fácil. Se a gente tem dificuldade, imagina o munícipe. É isso. Se precisarem de alguma coisa, eu falo direto com o pessoal da Secretaria.

Meire Abreu (UMAPAZ) - Meire, da UMAPAZ. Eu só queria compartilhar um pouco do trabalho que a gente está fazendo na Secretaria. O que o Ravena falou da transparência e da transversalidade, isso está sendo muito trabalhado dentro da casa e é super gratificante. Eu queria agradecer, porque a Tamires está nos ajudando bastante. A gente está trabalhando muito com educação dentro do CGPABI. O POT que ela falou vai ser realmente um divisor de águas, além da educação, e o que é mais bonito é que está toda a Secretaria trabalhando em conjunto com educação para que a gente consiga fazer a transformação desse Município. Eu participei do fechamento do POT Redenção, então você vê essas pessoas que estão com o seu... bem abaixo lá, não sabe o que vão fazer da vida, o olhar dele agora para o futuro. Eu acho que a educação, sim, é muito importante. O CGPABI está trabalhando muito com a gente nisso e eu acho que a gente vai conseguir fazer pelo menos um pedacinho, uma diferença para esse Município.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Senhores Conselheiros, vamos agora ao bloco de respostas.

Tamires Carla de Oliveira (SVMA) - Acho que é só a Sonia, né? Basicamente a Sonia. Os sete parques com indicação da concessão são o Ibirapuera, Lajeado, Tenente Faria Lima, Eucaliptos, Jardim Felicidade e Jacintho Alberto, que são os que estão nesse lote, mais o Jockey. Esses eram os sete que já estavam em processo de concessão, não é nenhuma novidade. É o que está em andamento, nenhum novo. Qual será a responsabilidade da Coordenação em relação aos editais de concessão? A concessão em si, o processo, que é uma coisa que a gente até conversou no âmbito da Comissão, toda essa modelagem quanto concessão ela acontece pela, agora, Sub-Secretaria de Desestatização e SP Parcerias. A gente não tem nem a competência de organizar a concessão em si. O que é de nossa competência, como também é nosso trabalho agora, é a questão dos Planos Diretores, dar todas as diretrizes e reforçar mesmo, como a gente colocou, é uma coisa que ela é anterior a esse processo. A diferença de Plano Diretor e Plano de Gestão é justamente essa é a grande questão. Aparece vários termos: Plano de Manejo, no SNUC, Plano de Gestão, Plano Diretor. No nosso caso, a gente tem até um documento que chama Relatório Propositivo de Ações nos Parques, por isso que eu coloquei na Comissão para a gente tentar chegar num ponto comum para essas coisas. Eu vejo que o Plano Diretor eu acho que ele é um plano grande que ele vai abarcar várias diretrizes. O Plano de Gestão de como gerenciar isso, o Plano de Manejo, por exemplo, eu tenho uma área de eucalipto. Como que eu faço o manejo daqueles eucaliptos no tempo, então eu acho que entra nisso, mas também a gente tem que entender de uma forma diferente da Unidade de Conservação. Tem uma discussão teórica aí que a gente precisa azeitar, por isso que eu coloquei como algo importante para a gente definir nossa Comissão, que eu acho que o CADES ele pode fazer isso. Mais alguma coisa que eu tenha esquecido?

Cons. Sonia Hamburger - Eu fiz uma pergunta a mais, desculpa, sobre o Parque Ibirapuera porque o Parque Ibirapuera ele está na estrutura da Coordenação e ele está em processo de concessão. Como que se dá essa...

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - Talvez aí isso seja mais uma questão que está dentro dessa ideia... A gente comunica muito mal mesmo. Setor público. Não é o Município, não é a Secretaria, é setor público como um todo no Brasil se comunica mal, porque - e aí eu vou falar o que eu acho como funcionário público há trinta e nove anos - a gente tem síndrome de cachorro pequeno ou sem dono. A gente não é não. A gente faz bem. Não sabemos tudo, não dá para fazer tudo, não, não dá. Dá para fazer a parte e a parte que a gente faz, a gente faz muito bem quando quer. É só quando não quer que faz errado, mas normalmente a gente quer e faz bem. Estou olhando para um monte de gente que a gente conversa aqui direto, trabalha para caramba e faz direito. É que a gente precisa superar o trauma de achar que a gente é indicado por alguém e achar que alguém manda mais que a gente e achar que a gente não tem que divulgar e quebrar uma barreira que é a barreira da mídia, que normalmente não permite. É mais fácil vender o jornal falando mal da Secretaria do Verde do que falando bem. Tem que quebrar essas barreiras e o CADES ajuda. Uma das funções e um dos motivos de a gente estar privilegiando tanto o CADES quanto os CADES regionais é que esta é a função deste Conselho também. É através de vocês que a gente divulga o que está fazendo. Com relação às concessões - e aqui vou falar

mais uma vez - eu só voltei para a Secretaria porque eu entendo que esse é um modelo que para em pé. Eu comecei isso em 2016 e entendo que, talvez não na modelagem que esteja, mas a parceria público-privada é uma alternativa para uma cidade que tem demanda crescente de habitação, demanda crescente de habitação, demanda crescente de saúde, demanda crescente de educação, demanda crescente de parque. E não tem dinheiro para tudo; então, a gente precisa achar uma saída para equalizar isso. A concessão é uma alternativa? É, é uma alternativa. Vai funcionar? Não sei, vamos por para funcionar para ver se funciona, porque o que é importante - e aí é comunicação: nós não estamos entregando o parque, o parque não vai ser da iniciativa privada, o parque continua público, não se cobra ingresso para o parque, a Divisão Ibirapuera dentro do CGPABI continua existindo, o Diretor, representante da Secretaria dentro do Ibirapuera, por hora continua, o Heraldo, até quando ele quiser, porque ele vai ficar lá porque é a pessoa que vai acompanhar a execução da concessão. É mito, é mentira que nós vamos entregar o parque para alguém tomar conta sozinho; por quê? Porque não pode, porque tem lei, tem lei federal, tem lei estadual, tem convênio, tem portaria da Secretaria que diz o que que pode, o que que faz dentro do parque. Pelo amor de Deus, é mentira, ele não some. A gente continua com o controle do parque. Tudo que o concessionário for fazer dentro do parque, até o que está previsto na licitação tem que passar por aprovação ambiental, gente. E no Ibirapuera pior ainda. Aprovação ambiental e de todos os órgãos de tombamento. Está fácil ser concessionário. Não é bem assim, precisa um pouco de cuidado. O Poder Público não está abrindo mão do Poder Público. Nós não desafetamos o Ibirapuera e estamos vendendo o Ibirapuera. É diferente. É importante que isso fique claro, é importante que isso fique presente na cabeça... A Secretaria está, sim, participando da concessão, eu sou Presidente da Comissão de Licitação, eu acompanho a elaboração do edital, eu tiro o que eu acho que tem que tirar do edital - eu tirei o Manequinho Lopes do edital do Ibirapuera. Não é verdade que a Secretaria não acompanhe, não é verdade que a Secretaria não faça parte. Óbvio, a modelagem... Olha, eu não entendo nada de modelagem de negócio. Desculpa, eu não sei mesmo. Eu até sou formado em Economia, mas eu fiz economia da energia. Cuidava de energia elétrica e geração de energia, minha especialização é essa. Eu não cuido de modelagem de negócio. Precisa alguém para cuidar de modelagem de negócio e é a SPP. É eles que vão cuidar disso e não tem problema nenhum, porque eles se reportam à Secretaria. A coordenação é da Secretaria, o equipamento é da Secretaria e nós vamos continuar olhando para o parque. A única coisa que eu acho que ninguém nunca falou - e aí é uma cobrança mesmo - na época em que estavam votando a lei que permitia as concessões e criaram o fundo para a destinação do dinheiro das concessões, ninguém lembrou do Verde. Ninguém foi lá protestar para botar parte da concessão para o Verde, porque não tem nenhum tostão para o Verde. Nós estamos negociando isso agora, nós estamos pedindo isso agora. As críticas que estão se fazendo agora deviam ter sido feitas lá atrás na hora que modelou por lei a concessão. Ninguém falou nada, passou. O modelo está dado, a gente acompanha, sim, e a concessão vai para frente. Nós vamos dar um jeito de conceder porque é a única forma de desonerar. Se eu não consigo aumentar o orçamento, eu tenho que desonerar o meu próprio orçamento, não tem jeito. Dinheiro é curto. Na faculdade de Economia a gente aprende que Economia é arte de administrar recursos escassos, que é o que a gente faz o tempo inteiro em todas as Secretarias. A arte de administrar recursos escassos é o que todas as Secretarias fazem, inclusive o Verde. A gente tem que, sim, achar soluções criativas para garantir o funcionamento de equipamento público, a gente tem que, sim, achar parceiros que ajudem as Secretarias - não só o Verde; tem um monte de equipamento aí de Saúde, de Educação, de Esportes que podem ter parceiros para funcionar melhor para quem? Para o Poder Público? Não, para a população. O objetivo da concessão dos parques é que a gente tenha equipamentos melhores para o público. Não é para mim, não. O que eu vou tirar do Ibirapuera eu ainda vou ter que brigar para receber de volta para usar nos outros, porque ele tem destinação e rubrica específica. Estou falando besteira? Não, né? É esse o movimento. O movimento é desonerar, mas garantir que a gestão e o controle das unidades que pertencem à Secretaria do Verde, que são patrimônio natural da cidade, vão continuar sendo patrimônio natural de cidade. Nós vamos continuar cuidando, nós vamos continuar olhando. Não tem nenhuma previsão nem de acabar com uma unidade subordinada à coordenação diretamente, que tanto o Ibirapuera quanto o Carmo. Preciso deixar claro, eu preciso que isso entre nas cabeça e mentes e no espírito das pessoas. Não é doação, não é venda, não é entrega, não é nada disso. É uma tentativa - e vou repetir -, é uma tentativa de desoneração e esse é um dos modelos. Aqui eu não vi ninguém questionando o modelo que a própria Secretaria lançou do Parque Legal. Tem um outro modelo andando aí. Ou o modelo do Parque do Povo - bem lembrado. Ou o modelo do Burle Marx. Tem vários modelos. Cadê as críticas, cadê as contribuições para os outros modelos? Aí voltando lá para o começo da conversa que a Rosa falou, o Ibirapuera tem a mesma atração e a mesma... que a Avenida Paulista. Parece que nós temos um parque só. Nós temos cento e sete. Eu quero o mesmo debate para todos, senão não vale, senão nós estamos brincando de se preocupar com área verde. E vou repetir: tudo que está no Ibirapuera está garantido, o que já existe não sai, o que tem que serviço prestado fica lá. Vamos fazer uma conta besta? Quantas pessoas vão no Ibirapuera por ano? Quinze milhões. Se se tiver sessões diárias do Planetário. Quanto que a gente cobra? Dois reais? Cinco e pouco? Seis reais, mais num sei o que. Que eu pegue dois reais por esses quinze milhões de pessoas que entram por ano. Dois reais. Quanto que dá por ano? Trinta? Dá trinta milhões o cara cobrando dois reais para qualquer coisa. É menos do que um copo d'água. Se ele só vender a água pelo que cobram em qualquer lugar de São Paulo, ele repõe o investimento dele sem mexer em nada do parque. É um puta de um mito, desculpa. Desculpa. O Parque Ibirapuera, com esse tamanho... Por isso que essa modelagem para em pé, porque tem gente que vai lá. Se cada um gastar dois reais, em dois anos o cara recuperou o

investimento. É uma preocupação sem fundamento, sem leitura de realidade econômica, sem entendimento do que está sendo feito e sem a sensibilidade do que se pretende. Me deixa transtornado isso, juro por Deus, porque é parar para olhar um pouquinho só, é só um pouquinho, não é muito. Não precisa ir muito a fundo. Eu fiz uma conta burra de português que não tem padaria, tem armazém e vende na carteirinha ainda, na anotação, que não existe mais, mas é a conta que faria um cara que tem um armazém que faz anotação na carteirinha. Se eu vender copinho de água para quinze milhões, quanto que eu faturar? X. Paguei a conta? Paguei, beleza, o que sobrar é lucro. Ele tem um monte de investimento para fazer no parque, tem contrapartida mensal durante trinta e cinco anos para fazer para a Prefeitura. Olhem para as coisas de um tamanho maior, olhem para a ocupação das coisas de uma forma diferente, olhem para a destinação... Deixa a gente olhar para os outros parques, por favor. Nós estamos fazendo um exercício dos infernos de tornar a Secretaria transparente, talvez com uma comunicação péssima. Talvez não, com certeza com uma comunicação péssima, mas nós temos um exercício para olhar para outros parques, para olhar para outras regiões da cidade que têm demanda e não têm a possibilidade de faturamento que tem um parque como o Ibirapuera. Não têm. Convido todos vocês a visitar o Sete Campos comigo e achar uma solução de parceria para aquele parque. Vamos lá, a gente marca um dia, vamos lá, a gente faz uma visita para o Sete Campos, Aterro Sapopemba, o Guabirobeira, o que mais? O do Lago... A gente pode coordenar visitas conjuntas para vocês apontarem soluções para esses parques. Está feito o convite, vamos fazer juntos. *(voz ao fundo)* O Trote, eu uso o Trote, eu moro do lado do Trote. *(voz ao fundo)* Então, mas eu preciso ter dinheiro para cuidar dele, nós precisamos ter dinheiro para cuidar dele e o movimento de desonerar é para sobrar dinheiro para cuidar dos outros. *(voz ao fundo)* O Storopoli ajuda.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nós vamos fazer agora mais um bloco de mais três perguntas. A primeira inscrita está sendo a Sonia Hamburger, depois o José Ramos e depois a Claudia Cahali. Vamos lá. Por favor, Sonia.

Cons. Sonia Hamburger - Não é uma pergunta. Eu só pedi a palavra porque eu acho que eu tenho que responder ao Ravena. Eu acho que a gente está do mesmo lado, super, eu já conversei muito com você. Eu não sou contra concessões, eu sou a favor de concessões, porque eu acho que a parceria do setor público com o setor privado e com a população é importante, inclusive para que a população se aproprie dos espaços. Eu acho que a gente deveria inclusive falar de parcerias público-privadas e parcerias público-populares, porque isso dá certo. As pessoas que estão no parque - falando dos parques - tiverem também responsabilidade sobre aquele espaço elas vão cuidar daquele espaço, inclusive eu acho que em termos de comunicação, os parques são importantes para a comunicação. A partir do momento em que cada parque, por exemplo, divulga essa coisa da fauna silvestre, essa comunicação se dissipa. Eu acho que é um meio de comunicação que a Secretaria deveria também encarar nesse sentido: os parques. Com relação à desestatização, quando a lei passou na Câmara. A gente fez uma discussão forte na Câmara sobre isso. Não só sobre os parques, mas sobre todas as outras propostas de desestatização. Não é verdade que a gente não falou. A gente falou como sociedade civil e a gente continua falando. Com relação aos editais, que o primeiro edital foi o do Ibirapuera, por isso que inclusive a gente fala tanto do Ibirapuera. O Ibirapuera é uma vitrine e a gente aproveita também dessa vitrine para fazer essa discussão. O modelo do edital tem falhas muito grandes, a gente sabe disso, tanto que o Ministério Público também entrou, tanto que foi uma discussão que está até agora envolvendo toda a sociedade civil, Legislativo e o Executivo. Eu acho que é uma discussão positiva, que vai trazer coisas positivas, inclusive para a Secretaria. Eu acho que inclusive já trouxe coisas muito positivas para a Secretaria. A gente está vendo isso, que a Secretaria realmente cresceu nesse sentido e amadureceu e eu parabeno a equipe por conta disso. Eu realmente me senti que eu teria que responder.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Conselheiro José Ramos e logo após, Conselheira Claudia.

Cons. José Ramos - Eu somente queria comentar com a Tamires porque no desenrolar da apresentação eu visualizei a Unidade de Conservação quando se trata de meio biótico, essa história toda, e preservação, mas reafirmo o que eu comentei há pouco: a questão dos parques sem identidade cultural com a cidade e se torna também um patrimônio histórico. Se vocês visitarem o Parque do Trote, hoje ele está sendo tomado toda a arborização do mundo. Significa que as nossas organizações públicas anteriores não foram muito benéficas com o parque e não está sendo. Em particular também, entre aspas, agradecer o Secretário atual aqui do Município porque tem agora traduzido a limpeza nas áreas que são tombadas, por isso que quando eu vi aqui Unidades de Conservação que têm à frente a socióloga Anita Martins, eu acho que é importante a gente ter olhos para o Parque do Trote porque estivemos por conta do projeto de equoterapia visitando algumas áreas importantes que têm esse tipo de atividade, entre ela Hípica Paulista, de Santo Amaro e outros, que têm uma identidade tão forte com o Parque do Trote, que já tem esse tipo de atividade de equoterapia e que todos os profissionais, tanto eles fisioterapeutas, até comentando há pouco com o Eduardo, que todos eles de certa maneira passaram por essa atividade dentro do Parque do Trote quando essa atividade de equoterapia, tão importante para os deficientes, para as crianças autistas e todos. E na região própria do Parque do Trote e na nossa pesquisa, nós temos mais de quinhentas famílias com crianças autistas e com deficiências e tendo uma

unidade preparada, pronta para ser utilizada para essa atividade e a gente infelizmente não tem esses olhos. Entre aspas, agradecer, mas também notificar: o que que é Unidade de Conservação biótica? São unidades que nós devemos preservar culturalmente dentro do histórico da vida do Município em termos de patrimônio, que é hiper importante para nós.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, Conselheira Claudia. Depois da palavra da Claudia, nós vamos encerrar com os últimos blocos, com a Renate e o Walter, fechando toda a sessão. Com o prof. Storopoli também? O prof. Eduardo Storopoli fechou mais três blocos depois e está encerrado para a gente ir para a finalização da reunião de hoje. Por favor, Claudia.

Cons. Claudia Cahali - Claudia, Centro-Oeste 2. Sobre o Parque Ibirapuera. Eu sou também do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera e eu fiz algumas anotações. Concorde com a Sonia quando ela fala do fortalecimento da Secretaria do Verde em todo esse processo. Eu acho que é essa ação do Ministério Público realmente acabou fortalecendo a Secretaria do Verde, quando a gente vê que o primeiro Plano Diretor feito, que foi colocado em consulta pública, ele tinha a cara do edital e ele foi feito pela SP Parcerias, não tem como negar. Tinha informações da Secretaria do Verde, mas ele foi elaborado pela SP Parcerias. O jogo virou. A Secretaria do Verde está liderando essa nova, vamos dizer, esse novo processo que foi montado para a gente chegar num Plano Diretor para o Parque Ibirapuera. Acho que é válida sempre a discussão. O Parque Ibirapuera durante muito tempo ele foi considerado e foi frequentado como sendo o único parque da cidade, por isso toda essa atenção. Nessa questão da concessão, o que a gente enxerga: que se tivesse um Plano Diretor, o modelo de concessão ou o edital teria sido feito de uma maneira melhor, a gente ter um resultado melhor. No momento que a gente pediu para fazer - aí já aqui como Conselheira do CADES no grupo de pauta, na Câmara de Pauta - que a gente pediu para que tivesse essa Comissão de Acompanhamento, é exatamente pensando nos outros parques, que eles tenham um Plano Diretor antes mesmo de serem implantados. O ideal é isso: que você está planejando um parque, você tenha um Plano Diretor, o que você pretende daquele parque e aí o modelo de administração eu acho que fica para segundo do plano, se vai ser a Prefeitura, concessão, parceria. Ele vem depois disso. É importante salientar que a gente tenha, para cada parque, para cada Unidade, um planejamento. A gente vai tentar definir esse nome, se vai ficar no Plano Diretor, se vai ficar nessa linha de hierarquia, mas é isso. Acho importante ressaltar isso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nós vamos agora para o bloco de respostas e depois, o último bloco de perguntas da Renate, Walter e prof. Storopoli.

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - Quem vai responder tudo é a Tamires. Sonia, não é para você. De verdade. Canais de comunicação. Esse é um, é o que eu tenho disponível. Eu tenho que falar o que a Secretaria acha aqui. Não é pessoal. Eu sei que todo mundo que está aqui, e inclusive você - e a gente tem um histórico grande aí por conta de outros parques -, não é isso, não é uma crítica pessoal a nenhum dos Conselheiros nem à ação do próprio CADES. É o meu canal de comunicação. Então, eu tenho que falar qual é a posição da Secretaria. A posição é a que eu externei. Concorde que a Secretaria ganhou. A Secretaria está ganhando muito e vai continuar ganhando enquanto estiver aberta para a participação de todo mundo. A hora que fechar a porta, a gente começa a perder de novo. Aberto a gente sempre ganha. Eu vou deixar a Tamires responder as perguntas, mas eu não podia deixar de...

Tamires Carla de Oliveira (SVMA) - Não respondendo, mas comentando a fala da Sonia, eu acho que, do ponto de vista da Secretaria como um todo, não tem um único modelo. Ontem, na nossa reunião, eu até mostrei para a Claudia, para Carmo, para o pessoal a diversidade dos parques e a leitura que a gente faz de cada um deles, que cada um... *(voz ao fundo)* É que o modelo de edital ele também está no modelo de parceria, de como vai se fazer, que é o que você propôs. Você falou parceria público-privada, parceria público-popular. Cada parque ele tem meio que uma... eu não gosto de usar essa palavra vocação, mas ele meio que vai dizer como que essas coisas vão acontecer. Um exemplo é o próprio Parque Augusta, que o pessoal vem propondo um outro tipo de forma de se fazer a gestão do espaço. E o Parque Augusta, o que foi muito bom também por conta do Jockey, que já tinha esse histórico e a gente reforçou isso no Augusta, que é - e já respondendo um pouco da questão da Claudia - que é a formação do Conselho desde o momento da implantação do parque, que é o que a gente quer fazer no Alto da Boa Vista, em todos eles, porque isso já vai formando toda a população ali que vai usar aquele parque, a gente já vai preparando todos os documentos, porque o Plano Diretor também, essencialmente, tem que acontecer junto com o Conselho. Isso é uma coisa que tem sido interessante. O Trote, Ramos, ele está nas nossas prioridades. O Trote Vila Guilherme e a gente tem aquele projeto, tem uma série de coisa que é aquela dificuldade e ali realmente é urgente, a gente sabe disso e está na nossa prioridade, com certeza. Eu fico batendo na porta de todo mundo: "gente, o Trote, o Trote, o Trote, tem projeto do Trote, tem projeto, projeto, projeto". Casa Modernista tem projeto, porque de fato a gente tem uma série de parques que têm esse apelo cultural e estão sendo negligenciados mesmo. A gente está nesse exercício de forçar essas coisas. O Parque da Luz, o Parque Trianon, a própria Casa Modernista, que foi um dos últimos debates da Secretaria. Primeira casa moderna, que trouxe todo o pensamento moderno para o Brasil e aí? Está lá no meio da nossa área, junto com a Cultura. A gente tem que se esforçado muito e estreitado nossas relações com os órgãos de patrimônio. Tenho conseguido sentar com os três, com o

DPH, o PPH, IPHAM, está sempre nesse diálogo porque tem coisas que a gente não sabe e eles sabem de capacidade. "Olha, tem determinado Fundo que é possível", enfim. A gente tem dialogado muito para tentar chegar em resultados para esses parques, que são alguns. A gente um número... Acho que pelo menos um terço dos parques eles têm algum tipo de tombamento e a gente ainda tem parque que, no meu ponto de vista, deveria ser tombado, até para chamar mais atenção para ele. Chácara das Flores é um. Lá tem a olaria que fez os primeiros tijolos da construção da Zona Leste. Isso é uma coisa que chama muito a nossa atenção sempre. Para a gente, a questão patrimonial, patrimônio cultural, histórico está bem claro. Acho que é isso. De fato, a gente tem se fortalecido muito com relação... depois dessas questões do Plano Diretor do Ibirapuera. Tem sido um trabalho bem interessante, legal. Cansativo, exaustivo, porque é muita coisa, muita reunião, muito encontro, uma série de coisas, mas no final acho que fica um trabalho gostoso, fica saudável e a gente consegue chegar num resultado bacana para todo mundo. Claudia, eu não respondi alguma coisa porque eu anotei palavras aleatórias aqui para lembrar.

Cons. Claudia Cahali - De verdade, eram comentários na linha da Sonia.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nós vamos passar agora para o terceiro e último bloco de perguntas, no qual teremos a Renate, o Walter e o prof. Storopoli. Por gentileza.

Cons. Renate Nogueira - Renate, Sul. Na verdade, a Tamires já respondeu a pergunta que eu tinha. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Senhor Walter, por gentileza. Só para organização. Como já foi respondida a sua pergunta...

Tamires Carla de Oliveira (SVMA) - Renate, ontem já assinei mais uma ordem de início para o Alto da Boa Vista.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Só para a gente poder organizar, a Vivian ela vai fazer uma pergunta no lugar da Renate, como já foi respondido. Senhor Walter.

Cons. Walter Pires - Walter Pires, Secretaria Municipal de Cultura. Seria uma observação retomando um pouco a pauta inicial, a proposta da pauta de apresentar a reestruturação da Secretaria do Verde e esse Departamento. Na verdade, eu teria uma solicitação e nesse sentido e necessário realmente de reestruturação da Secretaria. Eu lembro que a Cultura também passou por isso já há um tempo atrás, o Departamento de Patrimônio Histórico que eu dirigi durante muito tempo também se desdobrou em outras áreas, mas eu percebi - no nosso caso - algumas dificuldades e nesse sentido eu queria consultar se a Secretaria teve um apoio no sentido de conceituação de Gestão Pública modernizada, de áreas da própria Prefeitura ou teve apoio exterior, de universidades e instituições no sentido de ter esse modelo novo de organização da Secretaria como um todo e da Coordenação que foi apresentada hoje. Imagino que a base é a própria experiência acumulada do DEPAVE e da Secretaria durante tanto tempo, mas imagino que alguns aspectos necessários de uma reestruturação passem por uma experiência ou por conceitos que talvez possam ter balizado essa proposta. Essa é a ideia de retomar um pouco a discussão inicial da pauta, mas como surgiu realmente, eu queria comentar um pouco a questão do patrimônio histórico e cultural. A gente já comentou algumas vezes: há uma vinculação forte da Cultura com o Verde desde sempre - e necessária. É como o Secretário falou: transversalidade. Evidentemente também passa por essas questões de muita similitude conceitual de trabalho entre o patrimônio histórico e cultural com o patrimônio ambiental. O Secretário até comentou hoje um termo que é muito caro ao pessoal do Patrimônio que é patrimônio ambiental urbano, um tema que hoje tem sido rediscutido o conceito que vem dos anos 70 e que dava exatamente essa expectativa de integração entre o físico, o territorial, arquitetônico e também o natural, que é realmente o que todos almejam: essa integração e não essa dicotomia que muitas vezes acontece. De todo modo, eu lembraria - para contribuir - há uma história de conexões entre o DPH e o DEPAVE no passado em relação parque da luz, o Programa Monumenta; o Parque do Trote teve um projeto desenvolvido com o apoio do DPH, complexo, um parque muito peculiar historicamente e funcionalmente, mas que tem ideias... do Parque Modernista também. Realmente, certamente deve estar havendo contatos com o DPH e tal, mas acho que há uma história de experiências, de memórias desses trabalhos, alguns implantados, outros infelizmente não, mas que talvez possam contribuir para esse processo todo de reordenação de trabalhos que a Secretaria está procurando fazer, felizmente.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Prof. Storopoli e logo após, a Vivian, encerrando as perguntas do dia de hoje.

Cons. Eduardo Storopoli - Bom dia, bom dia Presidente Rodrigo e também todos os outros Conselheiros e Conselheiras aqui presentes. Um tema muito importante, parabéns pela apresentação, Tamires. Todos têm uma preocupação com a educação ambiental. As Universidades, as faculdades, todas, sem exceção, têm cursos de formação de professores, de Pedagogia, Biologia e Educação Física, Língua Portuguesa, Letras e assim por diante e no currículo tem pedagógico, tem que fazer também - é obrigatório fazer o

estágio, é obrigatório. Eu também concordo que realmente tem que atuar fortemente, ou seja, fazer um projeto que inclua também os estudantes e os professores tanto da rede municipal - das escolas públicas - e a rede estadual. Temos muitas escolas públicas aqui na cidade de São Paulo onde os estudantes fazem estágio, que é o obrigatório. A minha proposta é: a educação ambiental fazer parte do estágio dos atuais estudantes, futuros professores. A maioria que vão se formar vão, com certeza, prestar concurso público na escola municipal e na escola estadual, na rede municipal e na rede estadual pública. Aí fica a minha proposta, sugestão, de que essa Secretaria aqui, a do Verde, o CADES, a Secretaria do Verde façam parcerias com o Secretário Municipal de Educação, o João Cury, o ex, agora o atual é Bruno Caetano. Entendo que a educação ambiental deva fazer parte de atividades complementares, que é obrigatório no próprio currículo e projeto pedagógico, como também no próprio estágio. Proponho ainda reunião também dos Diretores Regionais do Município, do Ensino, e também as Diretorias Estaduais de Ensino aqui da cidade de São Paulo e da Região Metropolitana de que inclua educação ambiental. O MEC vem a todo momento nas visitas de avaliação que todas as instituições recebem. O que nós estamos fazendo, ou seja, formação da educação ambiental. Isso vai fazer com os alunos e futuros professores e os atuais professores que já estão lecionando na escola pública, porque ele vai ter o estudo, fazendo esse estágio ele vai ter um acompanhamento, tem que ter um relatório de acompanhamento, em que o currículo deve ter, educação ambiental, em torno de até 20%, ou mais, da carga horária entre total do curso de estágios, que é obrigatório, e de atividades complementares. Só para encerrar, a preocupação que o Senhor José colocou do Parque do Trote, é que podemos fazer também ações como atividades complementares, mutirões, levando também os estudantes da Saúde. Eu acho que isso não é só o que é importante trazer cursos e fazer parcerias, mas é realmente envolver os estudantes das Universidades, que é obrigatória a parte do estágio. Podemos fazer isso, acho que vai ser muito bem aceito pelas duas Secretarias. Partindo isso do Verde, então, todas as faculdades poderiam oferecer o curso de Licenciatura e de Pedagogia. Tem Biologia, Química, Física, Pedagogia, Letras, Educação Física e assim por diante. E também os demais cursos da área da Saúde, porque é obrigatório. Podemos colocar o tema da educação ambiental no estágio. As escolas vão receber, já recebem, mas eles vão ter que fazer uma parte desse estágio com educação ambiental como também atividades complementares para a Saúde. Os cursos de Fisioterapia, de Medicina e Odontologia para atender a população em todos os parques, para dar vida.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Nós vamos agora para a pergunta da Conselheira Vivian e logo após o pequeno comentário que a mesma cedeu para a Cristina Palmieri e as respostas dos técnicos.

Cons. Vivian Marques – Vivian da CETESB - Secretaria do Meio Ambiente. Eu queria aproveitar... eu sei o quanto é difícil a gente fazer a triagem para estabelecer os dez parques, os dez novos parques. Mas me ocorreu, aproveitando o ensejo que o Parque do Trote foi mencionado, eu estive a semana passada no pretense Parque do Caulim e a situação de fato é bem lastimável porque a estrada do Jaceguava está sendo totalmente invadida. E, inclusive, a faixa dos trinta metros já... novamente a gente vai ter que fazer a terceira operação. Imediatamente, eu mandei para Defesa das Águas, tirei fotos; mas o que é penalizou, de fato, foi a escola, lá o Clube dos Japoneses, porque eles faziam de tudo para preservar a área. E, aí, Tamires e Ravena, eu queria propor: a gente está com um projeto muito legal, inclusive com a Rosélia, a Vivian sabe, as meninas... Dentro do PLANPAVEL existe aquele projeto do Parque. A gente está fazendo um, dentro da Secretaria do Meio Ambiente, uma proposta de parceria compartilhada de responsabilidades para tentar recuperar duas ou três microbacias do Guarapiranga como modelo para dizer que a Lei de Mananciais de lá pode dar certo se a gente trabalhar compartilhado. Como sugestão, se pudessem apresentar o projeto aqui nesse fórum do CADES, o projeto do Parque do Carmo, Fazenda Parque do Carmo, onde tem a estação de tratamento com a Wetland, seria base para a gente poder trabalhar nesse nosso projeto do PLANPAVEL. Eu acho que vai ao encontro do que a gente busca e, sem dúvida, é ponto positivo. Agora, a questão da fiscalização, sinceramente, eu não sei como que a gente recorre, porque eu tenho as fotos aqui no celular da terceira laje, ali na frente, assim, é descarado, já nem mais atrás da casa de materiais de construção porque eles entram por ela. Já está escancarado, assim, face na rua mesmo. É isso; muito obrigado.

Cons. Cristina Palmieri – Bom, eu queria comentar o seguinte. Eu acho de grande relevância esse espaço de diálogo porque ambos os lados ganham. E também é uma via de mão dupla, onde a gente tem a sociedade trazendo uma demanda, esclarecendo, se esclarecendo, tirando as dúvidas como também tem um lado do Poder Público se apropriar das informações e fazer uma gestão forte, uma gestão que possa ser disseminada, divulgada. Esse olhar a gente precisa ter. Então, precisava ter também um espaço maior, além das apresentações, para diversas colocações como hoje surgiram e que são importantes para os dois lados. E quando a gente tem alguma dúvida como sociedade - e os representantes aqui, creio eu, que cada um tem um grupo enorme, são lideranças nos seus espaços - trazem para cá as dúvidas; e aqui é um espaço também para as dúvidas serem esclarecidas porque se retorna aqui é porque tem a dúvida e a quem nós vamos perguntar, em que espaço e como nós vamos disseminar? Nada mais óbvio do que aqui. Eu acho tudo isso que foi colocado, mesmo com as perguntas da Sonia, que é muito salutar, porque acaba ajudando a gente também a responder, porque quando eu divulgo também as Atas de reuniões e nos espaços que eu vou, as pessoas perguntam, me falam

também “eu preciso...então eu estou na região sul, estou na região leste, na região oeste...”, e isso só vem a mostrar a diferença de uma gestão em relação a outra. O que vem sendo criado. Vocês mostraram aqui uma série de atividades que vocês estão fazendo. Vocês mostraram como a estrutura está se fortalecendo. O retorno que a gente faz, é grande também. É óbvio que se tivesse perfeição, a gente não estaria aqui conversando, não precisaria nem desse espaço. Então, é uma forma que não existe investimento em cima de você ir buscar esse levantamento que está sendo feito e trazido para cá. Isso é muito salutar. Eu acho que isso é um ganho para a Secretaria. Que esse olhar, dessa visão sistêmica que a gente tem que ter, uma Secretaria se relacionando com a outra, é muito propositivo, porque os impactos que a gente está vendo, da vida que a gente leva e numa cidade que é muito visível para todo mundo, na América Latina, em tudo. Então, existem coisas... E o comentário, em relação... porque que eu estou falando isso precedendo o quê? Ibirapuera é culturalmente uma diferença em relação a tudo, como a Paulista. Se os outros parques tivessem o acesso, a localização e as estruturas que tem o Ibirapuera, eles também estariam... O esforço é fazer com que os outros superem o Ibirapuera. Isso é uma lógica diferenciada. Agora, é um sonho? A gente não pode considerar isso um sonho; a gente tem que pensar lá na frente para poder ir trabalhando os impactos e os desafios, os grandes. A proposição como levar isso uma oportunidade. As Nações Unidas ela coloca muito bem isso. Vocês estão muito ligados a muitas coisas, o Banco Mundial também, como os desafios se tornarem oportunidades para a gente se fortalecer e mudar. Qualidade de vida, bem-estar na cidade, é visível. E, aproveitando aqui, em relação às obras, nós temos o Parque Fontes do Ipiranga, que poderia ter um outro olhar. As duas grandes obras que fizeram lá, do Centro Paraolímpico – que eu já coloquei uma vez – e o Centro de Convenções de São Paulo, nós tivemos agora em junho a REATECH, que é a acessibilidade, feira internacional, olha a acessibilidade para esses dois! Dois anos depois, não avançou. E é uma judiação olhar aqueles jovens descendo, cadeirantes, pessoas deficientes descendo um percurso. Da estação Jabaquara do Metrô até lá, não tem acessibilidade. Eu não considero aquilo que tem acessibilidade. É um olhar que a gente poderia conversar... E aquela área verde, que a gente poderia também explorar ali naquele entorno, para uma situação melhor.

Rodrigo Ravena (Secretário em exercício) – Bom, vamos começar do começo. Walter, a gente teve a grande vantagem de ser o último e eu acho que a gente teve mais uma vantagem: a gente fez um negócio diferente. A gente é Verde. Então, a gente faz um pouco diferente. A gente fez uma série de atividades prévias à proposta da reforma. A reforma na Secretaria não surgiu do Gabinete para baixo, mas, ao contrário, de baixo para o Gabinete. Para entender onde é que estavam os gargalos, entender onde é que tinha problema, entender onde tinha entrave, entender onde os técnicos, o que os técnicos achavam independentemente dos domínios, das áreas de domínio - que a gente sabe que existe. Independentemente disso, saber onde é que estavam os problemas, a despeito de saber mais ou menos onde estavam. Às vezes a gente acha que está aqui e não está; está um pouco mais para cá. Então a gente fez quatro meses? (*voz ao fundo*) Seis meses de reuniões preparatórias, com todo o mundo: Coordenação, Diretoria, funcionário, Coordenação, Diretoria, funcionário, Coordenação, Diretoria, funcionário, ouve todo mundo, ouve, ouve, e daí... é mais ou menos o que nós estamos fazendo (*risos*); para tudo; é um método. A gente usou esse método para construir. Demora? Demora para caramba; é cansativo. Chega uma hora você fala, pelo amor de Deus, seis meses de reunião? Não, tem que fazer até esgotar. Então, os problemas que a gente tem... Está perfeito? Não está. Tem alguns defeitos no próprio Decreto, cargo colocado no lugar errado, descrição de função de unidade que não é bem aquela, mas na hora de redigir saiu, mas eu acho que são problemas menores diante da coesão que a Secretaria está tendo. O resultado prático da reforma para mim foi surpreendente. Eu passei por três reformas como funcionário da Câmara e nenhuma teve o efeito que teve essa na Secretaria. A sensação que eu tenho é que as pessoas estão um pouco mais felizes trabalhando, porque estão conseguindo... Um exemplo típico é essa história... quer dizer, o DEPAVE, o ex-DEPAVE, basicamente trabalhava DEPAVE 4. O resto ficava todo mundo esquecido porque a pressão é muito grande ali. E está errado, porque tem um monte de coisa para fazer e que agora está aparecendo. Isso é resultado desse trabalho de construção conjunta, que é meio o que a gente faz aqui também. É importante esse espaço para a construção conjunta. Tivemos essas duas grandes vantagens. E tivemos o apoio da Secretaria de Gestão: cedeu espaço, cedeu técnicos, a gente pediu. “Não vou conseguir fazer sozinho. Quero coordenação para as equipes, quero que me ajude a organizar os Grupos de Trabalho...” Então, nós fizemos um trabalho – eu não sei se serve de exemplo – mas foi muito bom. E agora a gente está na última etapa, que é olhar para onde tem problema no próprio Decreto – e tem – e sugerir a revisão do Decreto em pontos específicos, tipo funções que estão no CGPABI que são da UMAPAZ e da UMAPAZ e estão com o CGPABI e não é assim tão ruim, mas tem algumas coisas que a gente precisa acertar, alguns cargos colocados no lugar errado, mas foi uma experiência muito bacana. Para mim, foi muito importante participar desse movimento. Deu uma outra cara mesmo, e acho que um pouco mais de suavidade. Se a gente trabalhasse com mais suavidade, acho que as coisas no mundo seriam melhores. Foi um exercício de suavidade, não de imposição; por isso, acho que acabou andando. Tem pressão, tem gente contra, tem gente a favor, mas a própria caminhada do processo levou as pessoas que estavam contra a perceber que a coisa era para melhorar, não era para tirar o domínio de ninguém. O que vocês precisarem, a gente está à disposição para conversar, para trocar. E nós estamos olhando também para o que... a gente diminuiu a quantidade de esferas por conta do que as outras Secretarias já tinham feito. A gente trocou unidades, do tipo... Informática passou a ser ligada diretamente ao Gabinete. Estava lá embaixo. Então, olhou para o que os

outros... o que vocês fizeram... (vozes ao fundo). É; virou Tecnologia da Informação, não como SAC de atendimento de informática. Virou uma unidade de informação junto ao Gabinete. Aí nós tivemos essa vantagem. Nós olhamos que bacana que vocês já fizeram, copiamos o que já estava bom e demos uma trabalhada no resto. É isso. Não tem grande segredo, mas funcionou legal. Eu acho que.... Toda a unanimidade é burra, mas tem uns 80% de aprovação. (vozes) Quem que era o outro? O professor Storopoli. Nós estamos disponíveis para qualquer tipo de parceria. Nós já temos uma parceria formal com a Educação. Nós temos um instrumento de parceria com a Educação, mas estamos abertos a qualquer tipo de parceria com quem quer que seja. Essa é a missão da Secretaria: trazer todo mundo para dentro. Depois a Meire fala um pouquinho. (voz ao fundo) Estou tentando juntar.... Se a gente não fizer uma ação conjunta e não estiver presente no território, todo mundo: Estado, Município, PM, GCM, Subprefeitura, nós vamos perder a área, nós vamos perder a área. Quer dizer, a ação tem de ser mais permanente e mais presente, dentro do que a gente pode fazer, mas tem que ser em conjunto, a gente tem que trocar mesmo. Eles vão encaminhar... Nós estamos trabalhando a revisão da participação nossa, Secretaria, no Programa Defesa das Águas. Estava muito disperso, com um técnico respondendo por trezentos territórios - não funciona. Estamos revendo essa participação, vamos criar uma Coordenação e aí acionar a fiscalização diretamente por esse Coordenador que vai estar na Defesa das Águas. Ele aciona as ações de campo diretamente, para tentar dar uma maior agilidade. E a gente está conversando muito e tem que estar junto nessa ação, porque eu acho que é possível fazer valer a Lei de Defesa dos Mananciais. A gente tem feito algumas conversas, mas precisamos envolver aí nisso o Ministério Público e o Judiciário, porque sem o apoio deles... Porque não é só uma questão de pressão populacional ou de pressão por moradia, tem questões um pouco maiores e um pouco mais perigosas nessa área. Tem crime organizado, tem lavagem de dinheiro, tem um monte de coisa ali, que a gente vai até a página dois. Os técnicos da Secretaria e os técnicos do Verde passam por poucas e boas ali. Entregou a multa e antes de chegar na casa dele a multa já está de volta no portão da casa dele. O cara sabe até onde o cara mora. Então, é complicada, a ação ali é delicada. A gente estava conversando, temos que levar isso para a CPI da Câmara também, precisa uma força-tarefa um pouco maior. Dá para fazer? Dá. Mas precisa todo o mundo estar junto e precisa ser rápido. Estamos encaminhando. Estamos conversando bastante e fizemos uma reunião com o Ministério Público e, inclusive, pedimos essa força-tarefa para o Ministério Público. Estamos aguardando uma posição. (voz ao fundo.) É, eles vão levantar os projetos. Eles levantam o que tem e a gente encaminha; mas faz essa conversa junto. Acho que está na rede dos prioritários (voz ao fundo). Não, nessa meta não, mas está no nosso imaginário como prioridade. (voz ao fundo)

Meire Abreu (UMAPAZ) – Meire, UMAPAZ. Eu queria compartilhar um pouco. Nós fizemos uma parceria. Nós falamos aqui com a Secretaria da Educação. Se o Clodoaldo estivesse aqui, acho que ele ia explicar um pouquinho melhor, mas está sendo muito importante porque é muito importante a educação ambiental nas escolas, o currículo da cidade está prevendo isso, quando fala em ciências da natureza. Os professores estão precisando desses instrumentos para poder chegar nas pontas e passar isso para os alunos. E, sim, como o Ravena falou, precisamos da ajuda de vocês para que a gente consiga fazer toda essa articulação e melhorar isso e pedir que a educação ambiental faça parte, também, dos estágios. É muito importante para nós.

Cons. Eduardo Storopoli - E para nós também. Para os alunos também. Vamos ver se a gente conversa em breve, ou o mais rápido possível.

Tamires Carla de Oliveira (SVMA) - Só uma coisa. Que você falou do estágio e acho que não tem muito a ver, mas acho que tem uma coisa que é importante a gente falar. Na Secretaria, a gente precisa muito dos nossos estagiários; eles são fundamentais. E sempre eu fico preocupada porque saem mentes brilhantes de lá. Gente muito, muito boa. A gente acabou, em Obras, dois meninos que são feras. E a gente fica muito nessa coisa do que será que a gente podia fazer por eles. Não sei se nas Universidades, nas instituições aqui também a gente podia pensar futuramente uma coisa para poder dar potência para essas pessoas, porque elas estão lá super bem formadas, incríveis e quando saem, são devoradas ou não, enfim, se perdem. Mas acho que é uma coisa interessante a gente tentar fazer com as Universidades isso.

Cons. Eduardo Storopoli - Pode encaminhar, Tamires. Se você já tiver essas pessoas aí, que são talentosas, que se diferenciaram nos vários projetos importantes aí da Secretaria. Nesse projeto ou em outros, pode encaminhar para mim que eu, para nós, que nós encaminhamos também para podermos aproveitá-los nos projetos da Universidade. Também posso encaminhar para as demais instituições de ensino.

Tamires Carla de Oliveira (SVMA) – É... são pessoas que passam por projetos interessantes dentro do Poder Público, então elas saem de lá com uma experiência muito legal, e eles vão e eu fico...Eu fui estagiária na Secretaria e estou aqui, fiquei. Eu era estagiária. Agora, estou coordenando, mas nem todo mundo tem essa sorte. Aí eu fico tentando... Por exemplo, a própria Divisão de Obras, a Juliana Summa era estagiária. A Divisão de Obras, praticamente, só tem estagiário, que a gente conseguiu ficar. Em

Obras também, Fauna também, só que eu fico muito assim... Esses dois especialmente eu fiquei muito triste de eles terem se formado e terem ido embora.. (risos, vozes)

Rodrigo Ravena (Secretário em Exercício) - Deixa só para... Estamos encerrando, mas antes de encerrar, por uma questão de ordem, ficou uma recomendação da Claudia, que representa a Comissão, para que se ponha em votação a recomendação de que a Secretaria fique na Coordenação efetiva do projeto ou da elaboração do projeto, do Plano Diretor dos Parques, agora em concessão, e para os próximos - eu estou até acrescentando - e para os próximos que virão. A gente passou porque entendia que estaria aprovado, mas precisa ser colocado em votação; então, estou colocando em votação a recomendação de que a coordenação dos trabalhos, o encaminhamento dos trabalhos seja feito pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Algum comentário? Está todo mundo de acordo? Se está todo mundo de acordo, está aprovado por unanimidade. E só referendando isso que efetivamente está acontecendo, mas a posição do CADES reforça a posição da Secretaria. Então, é muito bem vinda a recomendação (*voz ao fundo*). O Devair está dizendo que eu posso finalizar, então dou por encerrada essa reunião e agradeço a presença de todos e vou reforçar que é importante demais vocês estarem aqui e a gente fazer essa troca permanente de resultados e expectativas. Obrigado. Boa tarde. Até a próxima.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena

Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- CADES

Conselheiros(as) presentes:

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI
ANDREA FRANKLIN SILVA VIEIRA
ÂNGELA MARIA BRANCO
CLAUDIA VACILIAN MENDES CAHALI
CLODOALDO GOMES DE ALENCAR JUNIOR
FATIMA CRISTINA FARIA PALMIERI
JANAÍNA SOARES SANTOS DECARLI
JOSÉ RAMOS DE CARVALHO
JULIANO RIBEIRO FORMIGONI
LETÍCIA GAION TOBIAS

MARCO ANTÔNIO LACAVA
MEIRE FONSECA DE ABREU
RICARDO DA SILVA BERNABÉ
ROSA RAMOS
SONIA IMPÉRIO HAMBURGER
TÁCITO LUCIO TOFFOLO DOS SANTOS
TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA
VIVIAN MARRANI DE AZEVEDO MARQUES
VIVIAN PRADO FERNANDES

Conselheiros Suplentes presentes:

.....

Conselheiros com justificativa de ausência:

.....

Secretário Executivo: Fernando de Moraes Angelo

Coordenador Geral: Devair Paulo de Andrade